

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco Votorantim S.A. (banco BV ou Banco) relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

DESTAQUES 2023

Resiliência
no core business...

Lucro Líquido Recorrente
R\$ 1.154 mm
▼ 21,2% vs 2022

ROE Recorrente
9,1%
▼ 3,1 p.p. vs 2022

... com avanços na estratégia de **diversificação** ...

Atacado

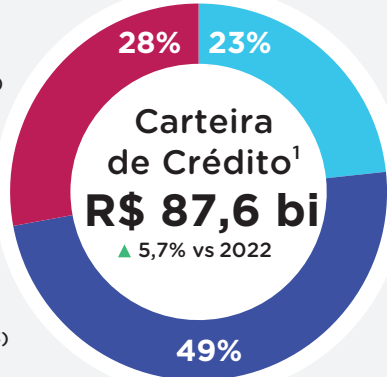
R\$ 24,4 bi (2023)
▼ 2,9% vs 2022

Growth

R\$ 20,4 bi (2023)
▼ 0,1% vs 2022

Veículos Leves Usados

R\$ 42,7 bi (2023)
▲ 14,5% vs 2022



Motos, Pesados e Novos

R\$ 4,4 bi (2023)
▲ 19,1% vs 2022

Empréstimo com Garantia de Veículo

R\$ 3,3 bi (2023)
▲ 56,4% vs 2022

Plataforma BaaS²

R\$ 154 bi (TPV 2023)
▲ 10% vs 2022

Seguros

R\$ 1,4 bi (Prêmios 2023)
▲ 53,5% vs 2022

... mantendo **balanço sólido** com gestão de risco eficiente

Índice de Inadimplência (90 dias)
5,2%
▲ 0,3 p.p. vs 2022

Índice de Cobertura
156%
vs 166% em 2022

Índice de Basileia
15,6%
▲ 1,3 p.p. vs 2022

1 - Carteira de Crédito Ampliada; 2 - Banking as a Service. **1** Segmentos em que o BV é líder de mercado

ESTRATÉGIA

Centralidade no Cliente

Em 2023, celebramos 4 anos desde o início da jornada para fortalecer nossa atuação como um banco orientado ao cliente. Durante esse período, alcançamos marcos significativos que impulsionaram nosso crescimento. Reposicionamos nossa marca, estabelecemos a diretoria de clientes, desenvolvemos soluções personalizadas e firmamos parcerias estratégicas. Além disso, investimos intensamente no treinamento de nossas equipes de atendimento e aprimoramos nossos canais digitais, visando melhorar a experiência de nossos clientes.

O lançamento da conta digital em 2020 reforçou ainda mais nossa dedicação à centralidade do cliente, oferecendo todos os nossos produtos e serviços por meio do aplicativo BV.

Em 2023, a parceria com a Méliuz, que tem o objetivo de fortalecer nossos skills em atração e engajamento de clientes, completou seu 1º ano desde o anúncio, e já trouxe resultados promissores: abrimos mais de 900 mil contas digitais BV e emitimos mais de 45 mil cartões de crédito através do app da Méliuz. Em breve lançaremos o shopping Méliuz *white label* dentro da nossa experiência de banco digital BV, que será mais uma solução voltada para melhorar a experiência do cliente.

Essas iniciativas foram essenciais para a atração de novos clientes, aumentar o engajamento e estender o lifetime value (LTV), ao mesmo tempo em que evoluímos na percepção da marca e nos níveis de satisfação. Ao final de 2023, alcançamos a marca de 5,0 milhões de clientes pessoa física, com um maior nível de engajamento, evidenciado pelo cross-sell index, que encerrou o 4T23 em 2,1 e pelo aumento da receita advinda de relacionamento, que atingiu R\$ 1 bilhão no acumulado do ano. Por fim, o volume transacionado (TPV) anual cresceu 22,1% sobre 2022, atingindo de R\$ 36,9 bilhões.

O nível de satisfação dos clientes, medido pelo NPS (NetPromoter Score) encerrou 2023 nos níveis de qualidade e excelência. No atendimento ao cliente, encerramos o 4T23 com NPS médio de 78, contra 75 no mesmo período de 2022. Na área de cobrança, o NPS médio foi de 75 no 4T23, em linha como mesmo período do ano anterior. Por fim, o NPS de ouvidoria se manteve na zona de excelência em todos os meses de 2023, encerrando o 4T23 em 91, comparado a 89 no mesmo período de 2022.

Como resultado dessas transformações, temos figurado continuamente entre os bancos com os menores índices de reclamação no ranking do Banco Central. Na plataforma Consumidor.gov.br, fechamos o ano com a nota mais alta dada pelos consumidores para o setor financeiro (3,0 em uma escala de 1 a 5) e um índice de solução de 83,8%, segundo maior índice no setor financeiro.

Em 2023, o banco BV entrou pela primeira vez para o ranking das 100 marcas mais valiosas do Brasil, ocupando a 55ª posição. Essa conquista é resultado de nossa estratégia sólida de reposicionamento de marca, foco no desenvolvimento dos produtos e dedicação em proporcionar a melhor experiência aos nossos clientes.

1 - Inclui gastos com débito, crédito, DOC, TED e PIX; 2 - NPS Transacional

Diversificação & Rentabilidade

Somos um banco completo com portfólio diversificado de negócios e ampla oferta de produtos e serviços financeiros para pessoas físicas e jurídicas. Nosso portfólio de crédito está segmentado conforme abaixo:

i. Financiamento de Veículos Leves Usados:

No ecossistema auto, oferecemos financiamento de veículos através de nossa robusta força comercial e rede de distribuição com presença em todo país, além dos canais digitais. Ao final de 2023, operávamos com mais de 25 mil lojas espalhadas por todo território brasileiro. Além dos canais físicos, também temos nossos canais digitais como o NaPista - marketplace automotivo lançado em 2023, que reúne soluções avançadas para lojistas, como estoque e leads ilimitados e uma interface simplificada. Além dos nossos canais digitais próprios incluindo o site BV e NaPista, também operamos com parceiros como SóCarrão e Karvi que contribuem para ampliar o acesso aos potenciais compradores. Nossa estreira de contratação é 100% digital, desde a simulação até a assinatura do contrato. Vale destacar também a eficiência no processo de análise de crédito, onde 97% das análises são automatizadas sem intervenção humana. Todos esses *capabilities* desenvolvidos ao longo de décadas têm garantido um iderança de mais de 10 anos neste segmento.

ii. Atacado:

Atuação em empresas com faturamento acima de R\$ 300 milhões/ano. Nosso portfólio é segmentado em Corporate (empresas com anual faturamento entre R\$ 300 milhões e R\$ 1,5 bilhão), e Large Corporate (empresas com faturamento anual acima de R\$ 1,5 bilhão) + Instituições Financeiras. Além de produtos de crédito, temos forte atuação no mercado de distribuição (*debt capital markets* – DCM), câmbio, *cash management*, mercado de capitais e M&A.

iii. Growth:

Ampliando a oferta de soluções aos nossos clientes, oferecemos uma variedade de produtos de crédito que também contribuem para a maior diversificação dos nossos negócios. O segmento *Growth* é composto por:

- Financiamento de Painéis Solares:** Atuamos no financiamento de painéis para residências e pequenas empresas seja através de nossa ampla rede de distribuição com nossos parceiros integradores, além do nosso parceiro digital Meu Financiamento Solar (MFS);
- Cartão de Crédito:** Oferecemos um portfólio diversificado de cartões para atender às necessidades de cada cliente, incluindo opções como o BV Livre, BV Mais e BV Único. Os cartões oferecem benefícios como programa de pontos, *cashback*, descontos na anuidade e assistência veicular. O cartão de crédito tem sido um produto importante dentro da agenda de ampliar o escopo relacional do BV pois contribui para o maior engajamento dos clientes e amplia o *lifetime value*;
- Motos, Pesados e Veículos Novos:** nossos *capabilities* de financiamento de veículos leves usados são estendidos para a modalidade de financiamento de outros veículos, representados por motos, pesados e novos;
- Empréstimo com Garantia de Veículo (EGV):** Este produto permite ao cliente tomar um crédito e usar seu veículo já quitado como garantia. Tem bastante aderência à estratégia do BV tanto pela sua atuação histórica no segmento de financiamento de veículos, quanto por ser um produto com garantia;
- Pequenas e Médias Empresas (PME):** Iniciativa busca ampliar nossa exposição em pequenas e médias empresas com foco na antecipação de recebíveis, por meio da penetração na cadeia de valor dos nossos clientes do Atacado;
- Demais Empréstimos (varejo):** Complementamos nosso portfólio com empréstimo FGTS, financiamento saúde, empréstimo consignado privado e empréstimo pessoal.

Atacado

R\$ 24,4 bi (2023)
▼ 2,9% vs 2022

Corporate Banking:
• **Corporate** (> R\$ 300 milhões)
• **Large Corporate** (> R\$ 1,5 bilhão)
• **Instituições Financeiras**
Foco na diversificação e rentabilidade

Growth

R\$ 20,4 bi (2023)
▼ 0,1% vs 2022

Cartão de Crédito:
R\$ 5,1 bilhões
▼ 12,6% vs 2022

Painéis Solares:
R\$ 4,5 bilhões
▼ 2,9% vs 2022

Motos, Pesados e Novos:
R\$ 4,4 bilhões
▲ 19,1% vs 2022

EGV²: R\$ 3,3 bilhões
▲ 56,4% vs 2022

PME: R\$ 2,1 bilhões
▼ 12,7% vs 2022

Demais Empréstimos:
R\$ 0,9 bilhão
▼ 43,8% vs 2022

Veículos Leves Usados

R\$ 42,7 bi (4T23)
▲ 14,5% vs 2022

- **Capilaridade:** +25 mil revendas, parceiros digitais
- **Eficiência:** 97% das análises automáticas
- **Inovação e transformação digital:** Esteira de contratação 100% digital
- **NaPista:** Novo portal inteligente de veículos, integrado à oferta de financiamento do BV **NaPista**

Liderança no financiamento de veículos leves usados

Liderança no financiamento de painéis solares e EGV

1 - Carteira de Crédito Ampliada; 2 - Empréstimo com Garantia de Veículo **1** Segmentos em que o BV é líder de mercado

Além disso, também atuamos em segmentos que possuem grande sinergia com nossa operação de varejo e atacado, e contribuem para a **diversificação de receitas** do banco:

i. Plataforma:

Oferecemos serviços de infraestrutura bancária, tais como conta individual, PIX e pagamento de boletos voltado para empresas que desejam oferecer serviços bancários aos seus clientes sem a complexidade de se tornar um banco, tudo através de uma plataforma aberta com conexão predominantemente através de APIs (*Application Programming Interface*). Para as *fintechs* ou setores da indústria que visam explorar o mercado de carteiras digitais, a nossa solução de *Banking as a Service* - BaaS viabiliza que tais instituições, que não possuem acesso direto ao SPB (Sistema de Pagamento Brasileiro), possam realizar as transações com o mercado financeiro através de uma experiência superior e individualizada a seus clientes. Para os participantes da indústria de cartões - emissores, credenciadoras e subcredenciadoras - a nossa solução de BaaS oferece o serviço de liquidação financeira de forma totalmente automatizada.

Em 2023, registramos mais de R\$ 154 bilhões² de TPV em nossa Plataforma, representando um crescimento de 10% sobre 2022, com 171 parceiros² conectados. E concluímos a aquisição de Bankly, que impulsionará nossa estratégia de BaaS e reforçará nossa ambição de nos tornarmos a principal plataforma desse modelo no Brasil.

ii. Seguros:

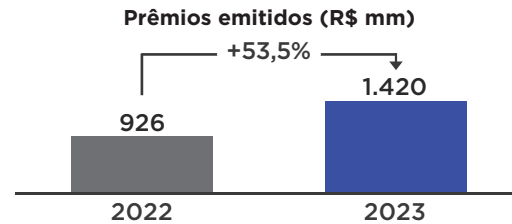
Com forte sinergia com nosso negócio de financiamento de veículos, atuamos no segmento de seguros como uma das maiores corretoras de seguros do país, em parceria com as principais seguradoras do mercado, oferecendo uma ampla gama de soluções alinhadas às diversas necessidades dos nossos clientes. Nossos produtos incluem seguro auto, prestamista, residencial, odontológico, vida e acidentes pessoais, até assistências para animais de estimação e funeral.

Em 2023 registramos mais de R\$ 1,4 bilhão em prêmios emitidos, crescimento de 53,5% sobre 2022 e recorde na história do BV.

BV Corretora

+ de 10
seguradoras parceiras

Recorde histórico
em prêmios de seguros emitidos em 2023



Como um banco orientado a dados e tecnologia, nosso compromisso reside na vanguarda da inovação financeira. Utilizamos avançadas análises de dados para compreender as necessidades individuais de nossos clientes com o objetivo de proporcionar experiências personalizadas e eficientes. Consolidamos todas nossas iniciativas de inovação e parcerias digitais dentro do ecossistema BVx. Através dele, buscamos potencializar os atributos que já estão presentes em nosso cotidiano: Inovar com soluções vistas por diferentes perspectivas; Conectar pessoas, produtos e serviços; Facilitar parcerias e investimentos e; Transformar negócios focados na vida financeira de pessoas e empresas.

O nosso ecossistema de inovação e parcerias digitais (BVx) é formado por seis frentes de atuação: (i) BaaS (*Banking as a Service*); (ii) CVC (*Corporate Venture Capital*); (iii) Conexão com o Ecossistema; (iv) *Open Finance*; (v) Dinheiro do Futuro; e (vi) Inovação Aberta. Essas frentes permitem que o BVx alcance seu objetivo de oferecer soluções inovadoras, facilitar a conexão entre as partes interessadas e ajudar na transformação dos negócios, a fim de melhorar a vida financeira das pessoas e das empresas.

Corporate Venture Capital (CVC)

Construímos parcerias estratégicas com o objetivo de ampliar o alcance de nossas soluções e, ao mesmo tempo, enriquecer a oferta de produtos para nossos clientes. Encerramos o ano de 2023 com um portfólio de 11 empresas investidas de diversos segmentos, entre eles e-commerce, energia solar, *buy now pay later*, *insurtech* e *open finance*.

1º ano da parceria com a Méliuz

Ao final de 2023, completamos o primeiro ano desde o anúncio da parceria estratégica com a Méliuz, que tem o objetivo de fortalecer nossos skills em atração e engajamento de clientes, e já registramos resultados promissores: abrimos mais de 900 mil contas digitais BV e emitimos mais de 45 mil cartões de crédito através do app da Méliuz. Estamos realizando o tombamento das contas e cartões da operação legado da Méliuz para o BV e iniciaremos a oferta de novos produtos BV no app Méliuz ao longo do 1º semestre de 2024. Os próximos passos da parceria incluem o desenvolvimento do shopping Méliuz *white label*, em fase de piloto no início de 2024, dentro da nossa experiência de banco digital BV, o que nos ajudará na busca da principalidade de nossos clientes.

Investimento na Deep

Ainda dentro da frente CVC, durante o quarto trimestre de 2023, realizamos um investimento na Deep, empresa que faz o monitoramento de indicadores ESG, com foco na emissão de poluentes. O investimento reforça o nosso compromisso com a agenda ESG e fortalece iniciativas futuras que possam agregar neste ecossistema.

Conexão com o Ecossistema

Nessa frente, nosso objetivo é buscar uma constante aproximação com agentes parceiros do ecossistema de inovação na indústria financeira. Encerramos o ano com 40 contratos ativos com startups, número 4 vezes superior ao ano anterior. Além disso, marcamos presença e patrocinamos os principais eventos de inovação e tecnologia de 2023 que discutiram as tendências no setor financeiro: *South Summit*, *Web Summit*, *Hacktown*, *Startup Summit* e o CASE. Na agenda internacional, o BV marcou presença no SXSW, no Texas (EUA), festival que antecipa as principais tendências no setor e participou em outubro do Money 20/20, um dos maiores eventos globais de inovação no mercado financeiro.

Inovação & Tecnologia

Open Finance

O *Open Finance* é um ecossistema em construção que proporciona para os clientes mais controle sobre suas finanças. Nosso objetivo é proporcionar as melhores oportunidades aos clientes, por meio do compartilhamento de dados, visando transformar suas experiências de forma significativa. Durante o ano de 2023 inovamos e lançamos o demonstrativo de emissões de CO² a partir dos dados de *Open Finance*, onde nossos clientes de cartões podem receber uma comunicação com o valor total de emissões de dióxido de carbono (CO²), associadas aos dados de compras do último mês. Essa iniciativa foi pioneira no mercado financeiro brasileiro, na qual uma instituição passa a utilizar dados de *Open Finance* para cálculo da difusão de gases nocivos ao meio ambiente, reafirmando o nosso compromisso com a agenda de inovação e ESG. Também lançamos duas experiências para simplificar a vida dos nossos clientes: a possibilidade de realizar investimentos em CDBs do BV, e pagar as parcelas do financiamento de veículos com o saldo em conta de outros bancos.

Dinheiro do Futuro

O aumento das transações por qualquer meio digital já é uma realidade. Os recursos e inovações tecnológicas relacionadas a essas transações financeiras também caminham a passos largos. O nosso objetivo aqui é de transformar os serviços financeiros através da digitalização do dinheiro e envolvimento nas principais agendas do mercado financeiro do país. Em 2023, o BV foi um dos bancos selecionados para o consórcio do projeto piloto do real digital – Drex, do Banco Central. Ao estar envolvido no projeto, o BV se mantém na vanguarda da inovação nas instituições financeiras, além de contribuir ativamente para o desenvolvimento de soluções que promovam a eficiência, a acessibilidade e a inclusão financeira. Também ampliamos o nosso protagonismo na agenda de *digital assets*, sendo um dos pioneiros a avançar na verificação da funcionalidade de compra e venda de públicos federais tokenizados, dentro dos testes do real digital.

Inovação Aberta

Nessa frente, nosso objetivo é inovar constantemente com foco no desenvolvimento de novos produtos e serviços, melhoria da experiência do cliente e aumento de eficiência. Em 2023, realizamos o Inova BV, programa de intraempreendedorismo, que contou com a participação de 110 colaboradores, permitindo que todas as áreas do banco fossem conectadas para melhor compreensão dos desafios e a melhor forma de trabalhar em novas soluções. Lançamos também o Programa de Inovação Aberta para startups (PIA), com o objetivo de estreitar a relação do BV com o ecossistema empreendedor de inovação. Por fim, através do nosso Núcleo de Experimentação do Ciclo de Crédito analisamos mais de 55 startups em busca de soluções inovadoras e realizamos um projeto de parceria com a *Innovative Assessment*, que tem como objetivo aprovar financiamentos de veículos utilizando informações de comportamento do cliente por meio de uma avaliação psicométrica e não apenas em parâmetros já tradicionais do mercado. Esse projeto abriu caminho para uma abordagem mais sofisticada de análise de crédito, levando a aprovações de financiamento mais precisas e beneficiando tanto o banco quanto os clientes, gerando R\$ 70 milhões de novos créditos contratados.

RECONHECIMENTOS

BV foi reconhecido como o banco mais inovador do Brasil pelo 100 Open Startups

As inúmeras iniciativas do nosso ecossistema de inovação e parcerias digitais têm ganhado reconhecimento. Recentemente, o BV foi reconhecido como o banco mais inovador do Brasil pelo *100 Open Startups*, iniciativa que destaca startups e corporações líderes em *open innovation* pela evolução das práticas em inovação no Brasil e na América Latina.

BV conquista prêmio do Google Cloud na categoria serviços financeiros

Em 2023 fomos premiados com o “*Customer Award 2023*” na categoria *Financial Services* pelo Google Awards, um reconhecimento que comprova nossa priorização da centralidade do cliente e compromisso em colaborar com a inovação tecnológica. A premiação foi resultado de uma série de projetos bem sucedidos de empresas de todo o mundo, como o lançamento de novos aplicativos e recursos para aprimorar a experiência do cliente, liderar migrações complexas e transformações de negócios, além do uso da automação para aumentar a segurança.

BV foi certificado pelo MIT como empresa inovadora

Em 2023, o banco também foi certificado como uma das 72 empresas mais inovadoras do Brasil, entre as mais de mil inscritas e 382 avaliadas pela MIT Technology Brasil, recebendo o selo *Innovative Workplaces*, que aponta as companhias com as práticas mais inovadoras do mercado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2023

★ continuação

• Pessoas, Cultura e ESG

É a nossa cultura que norteia a forma como fazemos negócios, geramos resultados e nos relacionamos uns com os outros. É da mesma forma que buscamos deixar a vida dos nossos clientes mais leve, replicamos a mesma filosofia para nossos colaboradores. Dessa forma, seguimos empenhados em aprimorar constantemente nossa empresa para proporcionar um ambiente acolhedor e agradável a todos.

Pelo quarto ano consecutivo, em 2023, recebemos o prestigioso selo GPTW, que reconhece as melhores empresas para se trabalhar e avalia os atributos essenciais para um ambiente de trabalho positivo. Além disso, fomos certificados com o selo GPTW por nossas práticas exemplares em equidade de gênero e diversidade étnico-racial. Também nos orgulhamos de conquistar o terceiro lugar no ranking GPTW Instituições Financeiras 2023, na categoria de grandes bancos. Na avaliação do e-NPS, em que os colaboradores avaliam se a empresa é um bom lugar para trabalhar, alcançamos um índice de satisfação de 87% entre nossos colaboradores, enquanto a média das empresas não certificadas em 2022 foi de 65%. Essas conquistas refletem nosso compromisso em sermos referência no setor e oferecer um ambiente de trabalho excepcional.

GPTW 2023

87 Favorabilidade Geral

88 e-NPS



1 - Gases do Efeito Estufa

COMPROMISSOS 2030 PARA UM FUTURO MAIS LEVE

Nossa aspiração de sustentabilidade é “Fomentar o desenvolvimento social por meio de uma atuação sustentável com nosso ecossistema”. Para fortalecer o nosso comprometimento aspiracional e sustentável, em maio de 2021 lançamos nossos “Compromissos 2030 para um futuro mais leve”. Nele assumimos 5 metas públicas com o objetivo de nos aproximarmos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e que estão em sintonia com o Pacto Global, do qual somos signatários. Os compromissos 2030 estão alinhados com nossas aspirações e embasados nos 3 pilares de atuação: (i) neutralizar nosso impacto ambiental; (ii) acelerar a inclusão social; e (iii) mobilizar recursos para negócios sustentáveis. Abaixo, apresentamos o atingimento parcial dos compromissos até o encerramento de 2023:

Neutralizar nosso Impacto Ambiental

i. Efetuar 100% da compensação de CO₂ do nosso principal negócio, o financiamento de veículos:

Desde o início do programa (2021), 100% da frota financiada pelo BV tem suas emissões de CO₂ compensadas (equivalentes a mais de 3,9 milhões de toneladas de CO₂)

ii. Compensar 100% das emissões diretas de Gases do Efeito Estufa do BV:

Em 2023, compensamos 100%, ou 3,3 mil toneladas de GEE¹ referentes às nossas emissões do ano de 2022

Acelerar a Inclusão Social

iii. Atingir 50% de cargos de liderança ocupados por pessoas que se identifiquem com o gênero feminino:

Já somos 40% de mulheres em cargos de liderança e 46% de mulheres no quadro geral

iv. Garantir participação de 35% de negros no quadro de colaboradores do BV:

Somos 25% de negros no nosso quadro geral

Mobilizar Recursos para Negócios Sustentáveis

v. Financiar e distribuir em mercado de capitais R\$ 80 bilhões para negócios ESG: Atingimos R\$ 22,0 bilhões financiados e distribuídos para negócios ESG desde 2021

Em 2023, também destacamos as seguintes iniciativas e realizações dentro de nossa agenda ESG:

Ambiental

Crescemos 190% no financiamento de veículos elétricos

Registramos um aumento de 190% no financiamento de veículos elétricos em 2023 na comparação com 2022. Esse crescimento reforça nosso compromisso de fomentar a economia de baixo carbono, contribuindo para a redução das emissões de gases do efeito estufa no país.

Nova parceria com a Rappi e Watts para facilitar o acesso de moto elétrica para entregadores

Em 2023 firmamos uma nova parceria com a Rappi para facilitar a aquisição de motos elétricas para os entregadores independentes que operam pela plataforma. Na parceria, o BV oferece condições especiais para os entregadores adquirirem as motos elétricas produzidas pela montadora brasileira Watts.

Lançamos uma linha para financiar carregadores de veículos elétricos no país

A nova linha é destinada à aquisição de carregadores de veículos elétricos, tanto para uso residencial quanto para estabelecimentos comerciais. A ideia é tornar os veículos elétricos cada vez mais acessíveis aos consumidores em geral no Brasil.

Social

BV Esportes completou 5 anos

Em 2023 nossa plataforma BV Esportes completou 5 anos de vida. Durante essa trajetória ajudamos a tirar do papel o sonho de grandes atletas brasileiros, criando ou acelerando a formação de institutos sociais que utilizam o esporte como ferramenta de transformação social. Já são 10 institutos sociais em 6 diferentes estados apoiados pelo BV, impactando diretamente e indiretamente a mais de 12 mil pessoas, com resultados que passam desde o aumento da autostima até à melhora no desempenho escolar dos jovens atendidos.

Carteira de Projetos Incentivados

Em dezembro de 2023 destinamos R\$ 9,0 milhões para 34 projetos culturais, esportivos, de apoio à infância e adolescência, ao idoso e saúde por meio de leis de Incentivo Fiscal. Os projetos terão início em 2024. Entre os projetos apoiados estão o Instituto Baccarelli, OSESP, MASP, CCBB, Mozarteum, Hospital Beneficência Portuguesa, entre outros.

Seleção Cultural de Mulher Negra

Pelo terceiro ano seguido, selecionamos projetos que fomentem produções culturais criadas por e para mulheres negras em todo Brasil. A iniciativa selecionou 5 projetos que juntos receberam R\$ 831 mil, distribuídos em três categorias: formação e protagonismo de mulheres negras; criação e realização por mulheres negras e memória e fortalecimento.

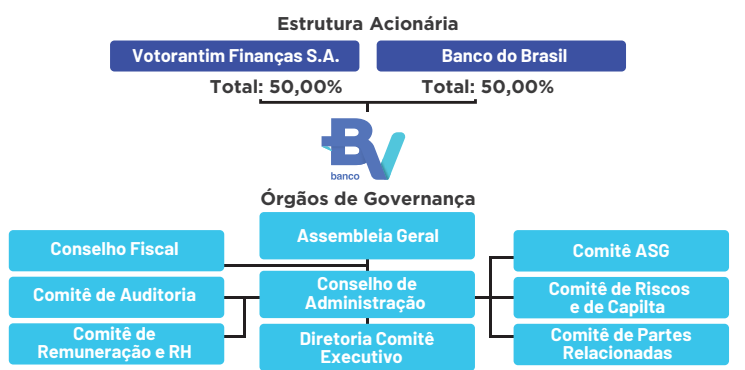
Somos parte da Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres

Nos tornamos signatários da Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Mulheres. O movimento é uma união de esforços e recursos do setor privado, espontânea e colaborativa, para gerar impacto social por meio da conscientização e mobilização em favor do fim da violência contra pessoas do gênero feminino.

Governança Corporativa

O banco BV tem uma estrutura organizacional que observa a legislação e regulamentação em vigor no Brasil e está alinhada às melhores práticas de governança corporativa do mercado, mantendo nosso compromisso com os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e de responsabilidade corporativa, bem como adotamos padrões de boas práticas em linha com as Leis Anticorrupção e de responsabilidade social, ambiental e climática.

O controle do banco BV é compartilhado entre os acionistas Votorantim Finanças S.A., holding financeira do Grupo Votorantim e Banco do Brasil S.A., uma das maiores instituições financeiras do país, os quais possuem participação paritária no Conselho de Administração (CA) e em seus órgãos de assessoramento, bem como no Conselho Fiscal (CFIS). Além destes órgãos, fazem parte também da governança corporativa do banco a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria e o Comitê Executivo.



O Conselho de Administração é composto por 07 (sete) membros, sendo 03 (três) membros indicados por cada um dos acionistas controladores e 01 (um) membro independente. As decisões do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta, inexistindo voto de qualidade.

Na Assembleia Geral realizada em abril de 2023, houve a eleição dos membros indicados pelos acionistas e, em agosto do mesmo ano, foi eleito o membro independente do CA, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025.

RESULTADOS

Reconciliação entre Resultado Contábil e Gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas realocações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. Essas realocações referem-se a:

- Despesas relacionadas a provisões (cíveis, trabalhistas e fiscais) realocadas de “(Provisão)/reversão para passivos contingentes” e “Despesas de Pessoal” para “Outras Receitas (Despesas)”;
- Custos e receitas operacionais da controlada Promotiva S.A. realocados de “Outras receitas/(Despesas)” para “Receitas de Prestação de Serviços”. A partir de 2023, este ajuste deixou de existir devido à alienação da totalidade das ações da Promotiva realizada em dez/2022;
- “Descontos concedidos” realocados da “Margem Financeira Bruta” para “Custo de Crédito”;
- Custos diretamente relacionados à geração de negócios realocados de “Despesas Administrativas” para “Outras Receitas/(Despesas)”.

Além dos ajustes gerenciais descritos acima, os números apresentados nesta seção do Relatório seguem a visão dos Resultados Recorrentes Gerenciais. Para uma análise em detalhes dos números apresentados a seguir, recomendamos a leitura deste documento em conjunto com o Relatório Gerencial de Resultados (RGR) do 4T23, disponível em nosso site de Relações com Investidores (<https://ri.bv.com.br/>).

DRE (R\$ M)	2023 Contábil	Efeitos não Recorrentes	Reclassificações Gerenciais	2023 Gerencial
Receitas totais (i+ii)	9.352	0	1.267	10.619
Margem Financeira Bruta (i)	7.148	0	1.267	8.415
Receita de prestação de serviços e corretagem (ii)	2.205	0	(1)	2.204
Custo de crédito	(3.052)	0	(1.293)	(4.345)
Outras Receitas/Despesas	(5.248)	4	26	(5.218)
Despesas de pessoal e administrativas	(3.863)	0	674	(3.189)
Despesas tributárias	(612)	0	0	(612)
Outras receitas (Despesas)	(774)	4	(648)	(1.417)
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	1.052	4	0	1.056
Imposto de renda e contribuição social	234	(1)	0	232
Participação de não controladores	(135)	0	0	(135)
Lucro Líquido Recorrente	1.151	3	0	1.154

RESULTADOS | Principais Indicadores

Resultados (R\$ mm)	2022	2023	Δ%
Receitas totais (margem financeira + receita de serviços e tarifas)	9.917	10.619	7,1%
Margem financeira bruta	7.968	8.415	5,6%
Receita de prestação de serviços e com tarifas	1.950	2.204	13,0%
Custo de crédito	(3.026)	(4.345)	43,6%
Despesas adm. e de pessoal	(3.153)	(3.189)	1,2%
Despesas adm. e de pessoal excl. depreciação e amortização	(2.899)	(2.854)	-1,5%
Lucro Líquido Recorrente	1.465	1.154	-21,2%
Lucro Líquido Contábil	1.461	1.151	-21,3%
Balanço Patrimonial (R\$ mm)	2022	2023	Δ%
Total de ativos	123.820	142.657	15,2%
Carteira de crédito ampliada	82.874	87.559	5,7%
Segmento Atacado	27.602	26.565	-3,8%
Segmento Varejo	55.273	60.994	10,4%
Recursos captados	84.956	92.714	9,1%
Patrimônio líquido	14.790	13.980	-5,5%
Índice de Basileia (%)	14,3%	15,6%	1,3 p.p.
Índice de Capital Nivel I (%)	13,1%	14,4%	1,3 p.p.
Índice de Capital Principal (%)	12,5%	13,0%	0,5 p.p.
Indicadores de Desempenho (%)	2022	2023	Δ%
Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ¹ (ROAE)	12,2%	9,1%	-3,1 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio ² (ROAA)	1,2%	0,9%	-0,3 p.p.
Net Interest Margin ³ (NIM) - Clientes	10,2%	9,8%	-0,4 p.p.
Net Interest Margin ³ (NIM) - Clientes + Mercado	7,3%	7,1%	-0,2 p.p.
Índice de Eficiência (IE) – acumulado 12 meses ⁵	38,5%	36,8%	-1,8 p.p.
Inadimplência (acima de 90 dias)	4,9%	5,2%	0,3 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	166%	156%	-9,3 p.p.
Outras Informações	2022	2023	Δ%
Colaboradores ⁶ (quantidade)	4.463	4.280	-4,1%

1. Quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio do período. Anualizado; 2. Quociente entre o lucro líquido e os ativos totais médios do período. Anualizado; 3. Quociente entre a margem financeira bruta com Clientes e os ativos médios sensíveis à spreads do período. Anualizado; 4. Quociente entre a margem financeira bruta e os ativos rentáveis médios do período. Anualizado; 5. IE = despesas de pessoal (não considera demandas trabalhistas) e administrativas/margem financeira bruta + receita de serviços e tarifas + outras receitas operacionais + outras despesas operacionais - despesas tributárias; 6. Não considera estagiários e estatutários.

Resultados 2023

Lucro Líquido Recorrente e ROE Recorrente

Lucro líquido recorrente atingiu R\$ 1.154 milhões em 2023, representando uma queda de 21,2% em relação a 2022. Este resultado equivale a um retorno anualizado sobre o patrimônio líquido (ROE recorrente) de 9,1% a.a., comparável a R\$ 1.465 milhões e ROE de 12,2% a.a. em 2022. A queda na rentabilidade observada em 2023 reflete, sobretudo, o aumento no custo de crédito devido ao maior provisionamento no portfólio do varejo, segmento que foi impactado pelas condições macroeconômicas adversas, com elevado comprometimento de renda das famílias que atingiu a máxima histórica em 2023, de acordo com dados do Bacen. Vale ressaltar a melhora na qualidade das safras mais recentes, após as revisões e ajustes na política de crédito para fazer frente ao cenário mais desafiador.

Receitas Totais

O total de receitas (que equivale à soma da margem financeira bruta mais as receitas com serviços e seguros) atingiu R\$ 10,6 bilhões em 2023, 7,1% superior a 2022, quando somou R\$ 9,9 bilhões. A margem financeira bruta cresceu 5,6% frente ao mesmo período do ano anterior e as receitas de serviços e corretagem de seguros cresceram 13,0%, refletindo a melhora na originação no mercado de financiamento de veículos, com reflexos nas receitas de confecção de cadastro e avaliação de bens, além das maiores receitas advindas de corretagem de seguros.

Margem Financeira Bruta

A margem financeira bruta cresceu 5,6% em relação a 2022, para R\$ 8,4 bilhões. A margem financeira com clientes alcançou R\$ 7,7 bilhões, 5,6% acima da margem registrada em 2022, explicado sobretudo pelo crescimento da carteira de crédito, que registrou elevação de 5,7% no período. O NIM clientes¹ registrou queda de 0,4 p.p. em relação a 2022, encerrando o ano em 9,8%, comparado a 10,2% no ano anterior, com reflexo principalmente do efeito mix influenciado pelo maior conservadorismo na política de crédito e maior seletividade na concessão com foco maior em produtos com garantia. A margem financeira com mercado cresceu 6,1% contra 2022, para R\$ 750 milhões, explicado pelo resultado de posições estruturais de hedge, bem como aplicação do patrimônio líquido. O desempenho da margem com o mercado no período reflete a adoção de uma gestão conservadora com foco em proteger o balanço do banco em cenários de maior volatilidade.

Custo de Crédito

O custo de crédito cresceu 43,6% em relação a 2022, de R\$ 3,0 bilhões para R\$ 4,3 bilhões. O custo de crédito sobre carteira de crédito ampliada aumentou de 3,9% em 2022 para 5,1% em 2023. A alta observada no ano de 2023 reflete: (i) maiores despesas de provisões para créditos de liquidação duvidosa nos negócios de Varejo, segmento impactado durante o ano pelas condições macroeconômicas adversas, sobretudo pelo elevado comprometimento de renda das famílias e; (ii) o crescimento da carteira de crédito, sobretudo do portfólio do Varejo, com expansão em novos segmentos, que fortalecem a estratégia de crescimento e diversificação do banco.

Despesas Administrativas e de Pessoal

As despesas administrativas e de pessoal, excluindo depreciação e amortização, caíram 1,5% na comparação anual, para R\$ 2,85 bilhões. Nos últimos 12 meses a inflação oficial (IPCA) acumulou alta de 4,62%. No período, houve queda de 5,1% nas despesas com pessoal explicado por: (i) redução do número de colaboradores devido ao nosso programa de eficiência, além dos ajustes realizados para fazer frente ao ambiente macro mais desafiador, e; (ii) menores despesas com remuneração variável devido à deterioração do cenário macro, com reflexos nos resultados do banco. As despesas administrativas (excluindo depreciação e amortização), por sua vez, cresceram 3,4% em 2023, refletindo principalmente o aumento nas despesas com serviços técnicos especializados.

Índice de Eficiência

O Índice de Eficiência encerrou o ano em 36,7%, queda de 1,8 p.p. sobre 2022. A queda observada reflete principalmente o programa de eficiência do banco incluindo investimentos estruturantes, sobretudo em tecnologia e dados. Também contribuiu para a melhora do indicador as maiores receitas de serviços, principalmente oriundas do negócio de seguros que registrou forte crescimento no ano de 2023.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito ampliada encerrou o ano de 2023 em R\$ 87,6 bilhões, crescimento de 5,7% sobre 2022, com expansão de 10,4% no Varejo e recuo de 3,8% no Atacado.

Varejo

A carteira do Varejo cresceu 10,4% em 2023, para R\$ 61,0 bilhões, com destaque para a expansão de 14,9% na carteira de financiamento de veículos. O BV mais uma vez encerrou o ano na liderança no segmento de veículos leves usados. Outro destaque dentro do Varejo foi o crescimento de 56,4% no Empréstimo com Garantia do Veículo, com a carteira atingindo R\$ 3,3 bilhões no encerramento do ano. Já a carteira de financiamento de painéis solares apresentou queda de 2,9% no ano, principalmente por conta da antecipação de demanda ocorrida ao final de 2022 em virtude da mudança do marco regulatório da Geração Distribuída. Por fim, a carteira de cartão de crédito encerrou o ano com queda de 12,6% devido a nossa estratégia com foco no cliente core do BV, além de um maior conservadorismo na gestão do portfólio diante do ciclo de crédito mais desafiador.

Atacado

No Atacado, também tivemos avanços importantes na estratégia de maior diversificação e pulverização do risco da carteira e incremento de rentabilidade do portfólio. Apesar do bom desempenho, a carteira ampliada recuou 3,8% vs 2022, para R\$ 26,6 bilhões, reflexo de maiores vencimentos no último trimestre de 2023, ainda que a produção tenha se mantido estável. O segmento Corporate registrou crescimento de 2,7% no ano, enquanto o portfólio de Large Corporate + Instituições Financeiras apresentou queda de 7,7% no período. Por fim, a carteira PME's apresentou maior volume no 4º trimestre de 2023, embora tenha encerrado o ano com queda de 12,7% na comparação com 2022. A estratégia em PME prioriza produtos com garantia (desconto de recebíveis), e tem característica de operações com prazos mais curtos.

Qualidade da Carteira

O principal indicador de inadimplência da carteira, inadimplência acima de 90 dias, encerrou o ano em 5,2%, alta de 0,3 p.p. sobre 2022. A alta no período reflete o aumento de 0,2 p.p. no indicador da carteira do Varejo (6,4% em 2023 vs 6,2% em 2022), segmento pressionado durante 2023 pelo ambiente macro sobretudo pelo elevado comprometimento de renda das famílias, e aumento de 0,2 p.p. na carteira do Atacado (0,4% em 2023 vs 0,2% em 2022). Vale destacar as revisões e ajustes na política de crédito implementadas já em 2022 para fazer frente ao cenário econômico adverso, o que refletiu na qualidade das safras mais recentes e já apresentaram melhora nos indicadores de inadimplência do 4º trimestre na comparação com o 3º trimestre de 2023, que recuaram de 5,5% para 5,2%. Apesar da alta observada no indicador do Atacado, a inadimplência deste portfólio segue em suas mínimas históricas.

Funding e Liquidez

O total de recursos captados alcançou R\$ 92,7 bilhões ao final de 2023, com instrumentos estáveis de captação representando 56,1% do funding total. O banc BV tem mantido sua liquidez em patamares bastante conservadores. O indicador de liquidez LCR (Liquidity Coverage Ratio), cujo objetivo é mensurar a liquidez de curto prazo num cenário de estresse, encerrou o período em 174% (178% em 2022), sendo que o mínimo regulatório requerido pelo Banco Central é de 100% para este indicador.

Basileia

O Índice de Basileia encerrou o ano em 15,6%, comparado a 14,3% no encerramento de 2022. O aumento observado é explicado pela geração de lucro no ano, novas emissões de capital complementar, que compensaram em parte a declaração de Juros sobre Capital Próprio, maiores ajustes prudenciais e aumento dos ativos ponderados pelo risco. O Capital Nivel I totalizou 14,4% com 13,0% de Capital Principal e 1,4% de Capital Complementar. O Capital Nivel II encerrou o ano em 1,2%

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes, parceiros, investidores e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

Conselho de Administração		Diretoria	
Membro	Cargo	Membro	Cargo
João Schmidt	Presidente	Gabriel Ferreira	Diretor Presidente
Tarciana Medeiros	Vice-Presidente	Alberto Campos	Diretor Executivo
Felipe Prince	Membro	Ana Paula Tarcia	Diretora Executiva
Francisco Lassalvia	Membro	Carlos Bonetti	Diretor Executivo
Jairo Sampaio Saddi	Membro	Flávio Suchek	Diretor Executivo
Mauro Ribeiro Neto	Membro	Ricardo Sanfelice	Diretor Executivo
Odilon Almeida	Membro Independente	Roberto Jábali	Diretor Executivo
Comitê de Auditoria		Rogério Monori	Diretor Executivo
Membro	Cargo	Ronaldo Helpe	Diretor Executivo
Patrícia Siqueira	Coordenadora	Alexandre Zimath	Diretor
Rudinei dos Santos	Membro	Claudia Furini	Diretora
Rodrigo Nogueira	Membro	Marcella Coimbra	Diretora
Conselho Fiscal		Marcelo Coimbi	Diretor
Membro	Cargo	Walter Batlouni Jr.	Diretor
Daniel Alves Maria	Presidente	Daniel Monteiro ¹	Diretor
Alexandre Ibrahim	Membro		
Sérgio Malacrida	Membro		
Contador			
Rodrigo Moraes	CRC SP: 1SP220814/o-6		

1 - Diretores de sociedades controladas pelo banco BV.





Leve para a vida

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Banco		Consolidado		Nota	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	661.150	631.403	679.916	681.091	Passivos financeiros	123.271.197	107.210.667	125.513.812	105.997.032
Disponibilidades	68.070	242.163	86.836	291.851	Depósitos	18a	27.186.909	24.253.851	27.363.464
Aplicações interfinanceiras de liquidez	593.080	389.240	593.080	389.240	Captações no mercado aberto	18c	28.642.963	18.876.810	28.367.903
Ativos financeiros	126.393.505	110.553.665	129.994.207	112.686.453	Recursos de acetes e emissão de títulos	20	43.235.960	39.957.617	43.235.960
Títulos e valores mobiliários	6.726.892	3.619.800	4.784.163	1.349.913	Relações interfinanceiras	11a	41	40.217	3.034.465
Carteira de títulos e valores mobiliários	49.527.648	41.945.367	49.928.689	40.539.347	Obrigações por empréstimos e repasses	19a	5.614.330	6.641.007	5.614.330
(Provisões para redução ao valor recuperável)	(888.408)	(954.461)	(888.408)	(956.214)	Instrumentos financeiros derivativos	10a	2.639.621	1.805.600	2.639.621
Instrumentos financeiros derivativos	1.375.629	1.307.169	1.375.629	1.307.169	Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	21a	2.651.753	2.667.634	2.651.753
Relações interfinanceiras	3.003.736	1.924.717	3.231.489	1.961.377	Outros passivos financeiros	22a	13.299.620	12.967.931	12.606.316
Carteira de crédito	63.812.264	59.498.647	68.296.415	64.720.795	Passivos fiscais	350.896	271.903	517.144	392.784
Operações de crédito	64.364.027	59.352.481	66.917.298	62.008.362	Passivos tributários correntes	26b.1	144.609	156.793	286.692
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.226.901	4.769.158	7.321.851	8.272.176	Obrigações fiscais diferidas	26b.2	206.287	115.110	230.452
Operações de arrendamento mercantil	-	-	32.609	37.263	Provisões para contingências	29a	554.737	559.089	576.571
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	(4.778.664)	(4.622.992)	(5.975.343)	(5.597.006)	Outros passivos	22a	1.794.913	1.779.900	2.069.801
Outros ativos financeiros	1.947.336	2.257.965	2.377.822	2.807.852	Patrimônio líquido	13.263.238	12.857.806	13.979.753	14.789.747
Ativos não financeiros mantidos para venda	185.808	127.190	250.511	207.569	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	13.263.238	12.857.806	13.431.403	12.887.772
Ativos fiscais	6.944.362	6.591.272	8.885.647	8.012.419	Capital social	25a	8.480.372	8.480.372	8.480.372
Ativos tributários correntes	616.220	493.837	727.483	559.544	Reservas de capital	25b	372.120	372.120	372.120
Ativos fiscais diferidos	6.328.142	6.097.435	8.158.164	7.452.875	Reservas de lucros	25g	4.532.983	3.948.867	4.308.669
Investimentos	2.726.253	2.475.546	243.450	188.824	Outros resultados abrangentes	25h	(122.237)	56.447	126.972
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	2.726.253	2.475.546	243.450	188.824	Participações de não controladores	25h	-	-	548.350
Imobilizado de uso	66.836	86.847	67.510	86.931	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	139.234.981	122.679.365	142.657.081	123.819.635
Outras imobilizações de uso	429.409	423.510	434.369	432.579					
(Depreciação acumulada)	(362.573)	(336.663)	(366.859)	(345.648)					
Intangível	1.108.702	982.606	1.507.826	1.074.484					
Ativos intangíveis	2.226.518	1.883.075	2.471.149	2.025.228					
Ágio	-	-	204.050	-					
(Amortização acumulada)	(946.396)	(732.142)	(995.953)	(772.588)					
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(171.420)	(168.327)	(171.420)	(178.156)					
Outros ativos	1.148.365	1.230.836	1.028.014	881.864					
TOTAL DO ATIVO	139.234.981	122.679.365	142.657.081	123.819.635					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nota	Banco			
	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.738.843	8.388.295	18.004.860	15.442.747
Operações de crédito	5.625.273	5.038.229	10.607.133	9.597.570
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.817.152	2.082.369	5.661.405	4.249.038
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	9.429	382.668	(669.911)	188.574
Resultado de operações de câmbio	21.993	104.259	(100.251)	(15.041)
Resultado das aplicações compulsórias	144.724	104.393	278.249	180.953
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.120.272	676.377	2.228.235	1.241.653
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.143.992)	(5.804.270)	(11.619.429)	(9.837.817)
Operações de captação no mercado	(5.116.974)	(4.932.302)	(9.860.448)	(8.673.114)
Operações de empréstimos e repasses	(262.989)	(146.797)	102.906	534
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(764.029)	(725.171)	(1.861.887)	(1.165.237)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.594.851	2.584.025	6.385.431	5.604.930
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS	(1.006.502)	(496.028)	(1.798.598)	(986.771)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(1.048.919)	(525.243)	(1.863.961)	(1.053.802)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	41.951	24.716	(690)	33.488
(Provisão)/reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	466	4.499	66.053	33.543
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(1.640.652)	(1.445.389)	(3.143.460)	(2.785.363)
Receitas de prestação de serviços	150.931	174.639	272.088	337.640
Rendas de tarifas bancárias	465.305	316.677	809.464	562.137
Despesas de pessoal	(665.190)	(765.080)	(1.279.293)	(1.387.915)
Outras despesas administrativas	(817.726)	(803.782)	(1.557.770)	(1.488.849)
Despesas tributárias	(244.088)	(225.167)	(437.678)	(403.246)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(14.001)	70.818	(35.690)	163.354
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	(12.556)	108.909	4.352	120.470
Outras receitas operacionais	144.569	142.165	152.737	186.820
Outras despesas operacionais	(617.896)	(464.568)	(1.071.670)	(875.774)
RESULTADO OPERACIONAL	947.697	642.608	1.443.373	1.832.796
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(30.351)	89.084	142.788	98.713
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	917.346	731.692	1.586.161	1.931.509
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(59.398)	14.143	(78.194)	(253.791)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	(87.160)	(85.273)	(173.851)	(184.483)
LUCRO LÍQUIDO	770.788	660.562	1.334.116	1.493.235
RESULTADO POR AÇÃO				
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	227,02	194,56	392,94	439,81
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	3.395.210	3.395.210	3.395.210	3.395.210

Nota	Consolidado			
	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.941.018	9.174.233	18.815.173	16.847.896
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	6.357.393	6.055.229	12.266.350	11.378.057
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.261.496	1.847.903	4.780.270	3.736.540
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	9.429	382.668	(669.911)	322.330
Resultado de operações de câmbio	21.993	104.259	(100.251)	(15.041)
Resultado das aplicações compulsórias	153.213	107.797	293.258	184.357
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	1.137.494	676.377	2.245.457	1.241.653
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.187.117)	(5.917.898)	(11.667.274)	(9.991.602)
Operações de captação no mercado	(5.101.483)	(4.849.251)	(9.790.028)	(8.477.354)
Operações de empréstimos e repasses	(262.989)	(146.797)	102.906	534
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(822.645)	(921.850)	(1.980.152)	(1.514.782)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.753.901	3.256.335	7.147.899	6.856.294
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS	(1.596.753)	(999.475)	(3.052.219)	(1.824.043)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(1.637.676)	(1.028.690)	(3.116.088)	(1.891.074)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	40.457	24.716	(2.184)	33.488
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	466	4.499	66.053	33.543
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(1.532.083)	(1.506.285)	(2.960.201)	(2.975.958)
Receitas de prestação de serviços	723.118	866.044	1.316.365	1.597.668
Rendas de tarifas bancárias	509.190	378.673	898.434	689.172
Despesas de pessoal	(797.633)	(911.675)	(1.559.062)	(1.690.532)
Outras despesas administrativas	(1.133.587)	(1.041.655)	(2.080.795)	(1.962.090)
Despesas tributárias	(336.106)	(320.744)	(611.761)	(581.443)
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	(16.383)	(14.350)	(18.620)	(20.194)
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	(8.693)	113.587	9.125	136.833
Outras receitas operacionais	206.846	100.152	271.933	169.279
Outras despesas operacionais	(678.835)	(676.317)	(1.185.820)	(1.314.651)
RESULTADO OPERACIONAL	625.065	750.575	1.135.479	2.056.293
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(38.600)	101.576	139.403	114.067
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES	586.465	852.151	1.274.882	2.170.360
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	148.806	57.083	233.571	(203.598)
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	(107.700)	(103.413)	(222.989)	(231.942)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	(41.759)	(143.867)	(134.903)	(273.353)
LUCRO LÍQUIDO	585.812	661.954	1.150.561	1.461.467
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS	627.571	805.821	1.285.464	1.734.820
Controladores	585.812	661.954	1.150.561	1.461.467
Não controladores	41.759	143.867	134.903	273.353

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nota	Banco			
	2º Semestre/ 2023	2º Semestre/ 2022	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Lucro líquido do período	770.788	660.562	1.334.116	1.493.235
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(58.888)	(82.856)	(15.418)	(136.888)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	273.058	(152.326)	293.574	(175.940)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado	(380.086)	1.526	(321.572)	(73.195)
Efeito fiscal	48.140	67.944	12.580	112.247
Hedge de fluxo de caixa				



Leve para a vida

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	372.120	Reserva legal	Outras reservas			
Eventos		8.130.372	372.120	335.108	2.620.524	464.566		11.922.690
Saldos em 31.12.2021								
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	(408.119)	-	(408.119)
Aumento de capital	25a	350.000	-	-	-	-	-	350.000
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.493.235	1.493.235
Deliberações:								
Reserva legal	25c	-	-	74.662	-	-	-	(74.662)
Juros sobre capital próprio	25d	-	-	-	-	-	(500.000)	(500.000)
Reserva estatutária para expansão	25c	-	-	-	918.573	-	(918.573)	-
Saldos em 31.12.2022		8.480.372	372.120	409.770	3.539.097	56.447		12.857.806
Mutações do período		350.000	-	74.662	918.573	(408.119)		935.116
Saldos em 30.06.2023		8.480.372	372.120	437.936	3.455.352	(109.487)	238.907	12.875.200
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	(12.750)	-	(12.750)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	770.788	770.788
Deliberações:								
Reserva legal	25c	-	-	38.539	-	-	-	(38.539)
Juros sobre capital próprio (1)	25d	-	-	-	-	-	(370.000)	(370.000)
Reserva estatutária para expansão	25c	-	-	-	601.156	-	(601.156)	-
Saldos em 31.12.2023		8.480.372	372.120	476.475	4.056.508	(122.237)		13.263.238
Mutações do período		-	-	38.539	601.156	(12.750)	(238.907)	388.038
Saldos em 31.12.2022		8.480.372	372.120	409.770	3.539.097	56.447		12.857.806
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	(178.684)	-	(178.684)
Juros sobre capital próprio (1)	25d	-	-	-	-	(83.745)	-	(83.745)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.334.116	1.334.116
Deliberações:								
Reserva legal	25c	-	-	66.705	-	-	(66.705)	-
Juros sobre capital próprio (1)	25d	-	-	-	-	-	(666.255)	(666.255)
Reserva estatutária para expansão	25c	-	-	-	601.156	-	(601.156)	-
Saldos em 31.12.2023		8.480.372	372.120	476.475	4.056.508	(122.237)		13.263.238
Mutações do período		-	-	66.705	517.411	(178.684)		405.432

(1) Juros sobre capital próprio computados com base nos lucros acumulados e reservas de lucros. O resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Participações de não controladores	Total
		Capital realizado	372.120	Reserva legal	Outras reservas				
Eventos		8.130.372	372.120	335.108	2.611.733	479.218			11.928.551
Saldos em 31.12.2021									
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	(352.246)	-	(4.593)	(356.839)
Aumento de capital	25a	350.000	-	-	-	-	-	-	350.000
Participação de não controladores	25h	-	-	-	-	-	-	1.633.215	1.633.215
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.461.467	273.353	1.734.820
Deliberações:									
Reserva legal	25c	-	-	74.662	-	-	-	-	(74.662)
Juros sobre capital próprio	25d	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Reserva estatutária para expansão	25c	-	-	-	886.805	-	(886.805)	-	-
Saldos em 31.12.2022		8.480.372	372.120	409.770	3.498.538	126.972		1.901.975	14.789.747
Mutações do período		350.000	-	74.662	886.805	(352.246)		1.901.975	2.861.196
Saldos em 30.06.2023		8.480.372	372.120	437.936	3.414.793	(41.329)	240.328	868.797	13.773.017
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	311.371	-	508	311.879
Participação de não controladores	25h	-	-	-	-	-	-	(362.714)	(362.714)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	585.812	41.759	627.571
Deliberações:									
Reserva legal	25c	-	-	38.539	-	-	(38.539)	-	-
Juros sobre capital próprio (1)	25d	-	-	-	-	-	(370.000)	-	(370.000)
Reserva estatutária para expansão	25c	-	-	-	417.601	-	(417.601)	-	-
Saldos em 31.12.2023		8.480.372	372.120	476.475	3.832.394	270.042		548.350	13.979.753
Mutações do período		-	-	38.539	417.601	(240.328)	(240.328)	(320.447)	206.736
Saldos em 31.12.2022		8.480.372	372.120	409.770	3.498.538	126.972		1.901.975	14.789.747
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	25g	-	-	-	-	143.070	-	74	143.144
Participação de não controladores	25h	-	-	-	-	-	-	(1.488.602)	(1.488.602)
Juros sobre capital próprio (1)	25d	-	-	(83.745)	-	-	-	(83.745)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	1.150.561	134.903	1.285.464
Deliberações:									
Reserva legal	25c	-	-	66.705	-	-	(66.705)	-	-
Juros sobre capital próprio (1)	25d	-	-	-	-	-	(666.255)	-	(666.255)
Reserva estatutária para expansão	25c	-	-	-	417.601	-	(417.601)	-	-
Saldos em 31.12.2023		8.480.372	372.120	476.475	3.832.394	270.042		548.350	13.979.753
Mutações do período		-	-	66.705	333.856	143.070		(1.353.625)	(809.994)

(1) Juros sobre capital próprio computados com base nos lucros acumulados e reservas de lucros. O resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES
 O Banco Votorantim S.A. (banco BV, Banco Votorantim, Banco, Instituição, Companhia, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado e sua matriz está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de investimento e de operações de câmbio, conectado com o ecossistema de parcerias, incluindo startups e fintechs, para cocriação e distribuição de produtos, junto com outras entidades do Conglomerado, incluindo o Banco BV S.A., nosso banco digital.
 Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, instituição de pagamento, de arrendamento mercantil, de administração de cartões de crédito, de corretagem de seguros, de participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
 As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS
a) Parceria estratégica para a formação de gestora de investimentos independente
 Em agosto de 2022, o banco BV, ora controlador da BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BV DTVM), firmou parceria estratégica com o Banco Bradesco para a formação de uma gestora de investimentos independente. Na transação, o Banco Bradesco, por meio de uma de suas controladas, adquiriu 51% do capital da BV DTVM. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 15 de fevereiro de 2023 e liquidada em 28 de fevereiro de 2023 (closing). A partir desta data, a BV DTVM deixou de ser controlada pelo Banco, passando para a condição de coligada e em consequência, deixou de ser consolidada, portanto as receitas e despesas das suas operações estão apresentadas nas diversas linhas do resultado consolidado até janeiro de 2023. Conforme fato relevante publicado em 22 de junho de 2023, a nova gestora de investimentos teve sua denominação social alterada de BV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. para TIVIO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (Tivio Capital).
b) Alienação da Promotiva S.A.
 Em dezembro de 2022, o banco BV, ora controlador da Promotiva S.A., realizou a alienação da totalidade das ações da respectiva controlada para a Wiz Soluções de Corretagem de Seguros S.A. Os montantes a prazo recebidos e a receber seguem condições contratuais estabelecidas e a respectiva operação foi aprovada pelos órgãos competentes. A partir de dezembro de 2022, a Promotiva deixou de ser consolidada, portanto as receitas e despesas das suas operações estão apresentadas nas diversas linhas do resultado consolidado até novembro de 2022.

c) Abertura de agência em Luxemburgo
 Em maio de 2022, o banco BV obteve autorização do Bacen para abrir uma agência em Luxemburgo e fez um aporte inicial de capital de R\$ 5.294 (US\$ 1.000) em novembro de 2022. Este Capital Social teve aumentos em setembro de 2022 no montante de R\$ 5.008 (US\$ 1.000) e em janeiro de 2024, no montante de R\$ 37.794 (US\$ 7.600), totalizando um Capital Social de R\$ 47.256 (US\$ 9.600). Em 30 de janeiro de 2024, a Commission de Surveillance du Secteur Financier aprovou o pedido da filial para a obtenção de uma licença bancária sob o regime de uma instituição de crédito não-europeia, sujeita ao cumprimento de determinadas condições para o início das operações.

d) Aquisição da Bankly
 Em 02 de junho de 2023, o banco BV assinou o Acordo de Investimento definitivo para aquisição de 100% das ações da Acesso Soluções de Pagamento S.A. (Bankly) e o controle acionário da Accesspar Investimentos e Participações S.A. (Accesspar, holding da Bankly), por intermédio de sua controlada, o Banco BV S.A. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 20 de outubro de 2023 e liquidada em 27 de novembro de 2023 (closing), após cumprimento das condições precedentes.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
a) Base de preparação
 As Demonstrações Contábeis Consolidadas contemplam as operações realizadas por suas empresas financeiras e não financeiras que compõem o Conglomerado e foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.
 As Demonstrações Contábeis Individuais do Banco incluem as agências no exterior, adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.
b) Uso de julgamento
 A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicados sobre ativos e passivos estão descritos na nota explicativa 5.
c) Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas
 Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os resultados não realizados, líquidos dos efeitos tributários. O processo de consolidação não inclui os fundos de investimentos em participação com características de entidade de capital de risco. As participações de não controladores em fundos qualificados como entidades estruturadas são apresentadas no patrimônio líquido, conforme Instrução Normativa BCB nº 27/2022 e em cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.950/2021.
 As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.
d) Conversão de transações em moeda estrangeira
 Os saldos contábeis das agências do banco BV no exterior foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa 4. A variação cambial das operações no país foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior, bem como os ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros designados a hedge estão apresentados no grupo de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos", com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais e outras oscilações objeto de hedge desses investimentos e desses instrumentos financeiros.
 A Resolução CMN nº 4.924/2021 em conjunto com a Resolução BCB nº 120/2021 estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Conglomerado não adotou tal opção tanto para o exercício de 2022 quanto para o de 2023.

e) Convergência do padrão contábil do Banco Central às normas internacionais de contabilidade
 Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.
 Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são:

e.1) Resoluções do CMN que incorporaram os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Assunto	Resolução CMN	CPC
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/2009	CPC 25
Pagamento baseado em ações	3.989/2011	CPC 10 (R1)
Benefícios a empregados	4.877/2020	CPC 33 (R1)
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas; Demonstração dos fluxos de caixa; Divulgação sobre partes relacionadas; Eventos subsequentes; Resultado por ações.	4.818/2020	CPC 03 (R2) CPC 05 (R1) CPC 24 CPC 41
Reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis	4.924/2021	CPC 00 (R2) CPC 01 (R1) CPC 23 CPC 46 CPC 47

O Conglomerado aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

e.2) Resoluções do CMN que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Assunto	Resolução CMN	CPC
Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	4.524/2016	CPC 02 (R2)
Ativo intangível	4.534/2016	CPC 04 (R1)
Ativo imobilizado	4.535/2016	CPC 27
Ativo não circulante mantido para venda	4.747/2019	CPC 31
Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	4.817/2019	CPC 18 (R2)
Combinação de Negócios	CPC 15 (R1)	
Demonstrações Consolidadas (1)	4.818/2020	CPC 36 (R3)
Instrumentos financeiros (2)	4.966/2021	CPC 48

(1) A Resolução CMN nº 4.818/2020 requer que as Demonstrações Contábeis Consolidadas societárias de entidades registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, sejam divulgadas exclusivamente no padrão contábil internacional (IFRS), a partir de 01 de janeiro de 2022.
 (2) A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece a exclusão das instituições financeiras elaborarem e divulgar Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as normas e instruções do Bacen até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ou seja, até a entrada em vigor dos novos critérios contábeis aplicáveis. O banco BV optou por adotar essa prerrogativa.

e.3) Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, que incorporam os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

- Resolução CMN nº 4.975/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, aprova a adoção do CPC 06 (R2) que dispõe sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituição financeira, seja tanto na condição de arrendadora, quanto na de arrendatária.
- Resolução CMN nº 4.966/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Para os requisitos relacionados a contabilidade de hedge, o início de vigência definido pelo Banco Central é 01 de janeiro de 2027.

A Resolução CMN nº 4.966/2021 traz alterações substanciais para as instituições financeiras e o Conglomerado dará continuidade aos trabalhos para adequação à nova regra ao longo dos exercícios de 2023 e 2024, viabilizando sua aplicação a partir de 01 de janeiro de 2025.

Plano para implementação
 Durante o exercício de 2022, o Conglomerado realizou: (i) o mapeamento das alterações normativas, áreas e sistemas impactados, (ii) a definição de pontos focais, papéis e responsabilidades para cada frente de trabalho, (iii) a instalação de governança e reporte das ações planejadas e (iv) a aprovação de orçamento para as iniciativas que visam o pleno atendimento aos novos requisitos.
 O Conglomerado planeja a aderência aos novos critérios por meio da execução de projeto interno que visa, além do desenho e construção dos requisitos técnicos e testes de homologação, capacitar e aculturar os profissionais envolvidos das diversas áreas através de treinamentos, reformulação de políticas e procedimentos internos, além de mapear, acompanhar e viabilizar a adequação do ambiente de tecnologia por toda a esteira operacional e tecnológica, de crédito e riscos, tesouraria e gestão de ativos e passivos (ALM), contábil, tributária, gerencial e dos negócios.
 Dentre os principais temas da norma que requerem adequação aos quais o Conglomerado avalia que são alterações significativas, estão:

Tema	Regra atual	Resolução CMN 4.966/2021
Stop accrual	Interrupção do reconhecimento de juros de operações vencidas a mais de 59 dias de atraso.	90 dias de atraso ou antes, se o ativo for considerado "ativo problemático" (estágio 3).
Provisão para perdas	9 ratings e rolagem por atraso com base na Resolução CMN nº 2.682/1999.	Perdas esperadas em 3 estágios com pisos mínimos definidos pelo Banco Central. Os pisos mínimos são qualificados como perda incorrida. Montantes de provisão acima dos pisos mínimos são qualificados como de perdas esperadas.
Baixa para prejuízo	Após 180 dias em rating H (360 dias de atraso no total)	Quando a entidade não tiver expectativa de recuperação.
Taxa de juros efetiva	Receitas e despesas de originação são reconhecidas de imediato	Devem ser diferidas e controladas como parte integrante da taxa de juros efetiva, quando assim qualificadas.



BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas pelo critério *pro-rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação
A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente
Os ativos e passivos financeiros são apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável. As aplicações interfinanceiras de liquidez que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgadas por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro-rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

Segundo diretrizes do Banco Central do Brasil, o Conglomerado adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:

- Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente no período de encerramento do fundo; e
- Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos (ou qualquer outra forma de distribuição de rendimentos), como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.

As aplicações em cotas de títulos pelo Conglomerado, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de fundos de investimentos em participações (FIPs) e fundos de investimentos imobiliários (FII).

g) Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balanços mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: Os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: Na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

O banco BV realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas ao Banco que possam resultar, sob determinadas condições de ocorrência eventual, no vencimento antecipado do derivativo sem que qualquer valor seja devido ao Banco ou que o valor devido ao Banco possa ser liquidado com títulos de dívida de emissão do próprio banco BV, conforme previsão contratual.

h) Carteira de crédito - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas prováveis associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atras e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atras superior a 14 dias como operações em curso anormal e o critério de classificação de ativos problemáticos. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50.000,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas prováveis associadas ao risco de crédito.

Os critérios para perdas prováveis também são aplicáveis para operações de crédito resultantes da consolidação de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atras superior a 59 dias. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou já baixados contra a provisão ("write-off"), são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Caracterizam-se como ativos problemáticos os ativos financeiros com atraso acima de noventa dias ou quando existirem indicativos de que o ativo não será realizado sem que seja necessário recorrer a garantias e colaterais. Constituem indicativos de que o ativo não será realizado (i) quando o Conglomerado considera que o devedor já não possui capacidade financeira para honrar sua obrigação; (ii) se o Conglomerado reconhece contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do devedor, (iii) se a operação é objeto de renegociação que implique concessão de vantagens ao devedor em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou de seus mitigadores (reestruturação de dívida), (iv) se o Conglomerado pede a falência ou toma outra medida similar em relação ao devedor, ou (v) se o devedor solicita qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas.

As operações de crédito classificadas como ativos problemáticos podem ser revertidas à condição de ativos em curso normal desde que exista evidência de que o devedor retomou sua capacidade de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. A Administração avalia se o devedor (i) não possui qualquer pendência em atraso há mais de noventa dias, (ii) se o ativo já não atende aos critérios de caracterização de ativos problemáticos, (iii) se ocorreram pagamentos contínuos e efetivos em período não inferior a 3 meses e (iv) se a situação financeira do devedor melhorou de tal modo que a realização do ativo seja provável. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa 12e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados em rubrica específica no grupo de operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda
Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, que não destinados ao próprio uso do Conglomerado, tornando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento:

- São reconhecidos na data do seu recebimento pela instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas de vendas. Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obtve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo; e
- O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior ao valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Outras despesas não operacionais".

j) Investimentos
Os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada.

Nas Demonstrações Contábeis, os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) pagos na aquisição de investimentos, correspondentes aos montantes desembolsados que excedam o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos ("valor justo"), são amortizados com base no prazo e nos resultados projetados constantes em laudo (estudo técnico) que fundamentou sua origem. Os saldos correspondentes à diferença entre o valor justo e o valor contábil do patrimônio líquido da investida ("mais-valia") são amortizados em função do prazo de realização dos ativos e exigibilidade dos passivos que lhe deram origem. A diferença positiva entre o valor de aquisição e o valor justo que não tenha fundamento econômico em benefícios futuros é reconhecido no resultado do período como Outras receitas e despesas não operacionais. Para análise de redução ao valor recuperável de ágio sobre investidas, o banco BV definiu as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna.

Os saldos correspondentes a ágios por expectativa de rentabilidade futura registrados nas controladas são apresentados no grupo de intangíveis para fins das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

k) Imobilizado de uso
O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas sobre o valor depreciável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando existir), sendo:

- Veículos - 20%;
 - Sistemas de processamento de dados - 10% a 20%;
 - Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
 - Benefícios em propriedade de terceiros - pelo prazo do contrato de aluguel.
- Os softwares comprados como parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. O Conglomerado realiza inventário desses ativos e avalia o seu valor residual periodicamente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

l) Intangíveis e ágio
O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercícios com essa finalidade. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 17a). A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas - Amortização (nota explicativa 23d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.

Nas Demonstrações Consolidadas, os intangíveis incluem os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) pagos na aquisição de investimentos, conforme descrito na nota 4j, são amortizados conforme os prazos projetados em laudos técnicos.

m) Resultado por ação
A divulgação do resultado por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por ação. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuído aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que o Banco não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

Quando o número de ações ordinárias ou ações ordinárias potenciais totais diminuir como resultado de grupamento de ações, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os períodos apresentados é ajustado, para fins de comparabilidade.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade e baixa
O Conglomerado avalia o valor recuperável de ativos não financeiros em periodicidades diferentes, de acordo com sua natureza. Se houver alguma indicação de desvalorização, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:
Investimentos: A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseada na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados no mínimo anualmente.

Intangível: *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - as *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver simes no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, para *softwares* em desenvolvimento e para *softwares* concluídos.

Ativos não financeiros mantidos para venda: Imóveis - provisão constituída com base em laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada. Móveis - Para veículos a provisão para desvalorização é constituída mensalmente com base no prazo de permanência do BNDU (obsolescência do bem). Para os registros superiores a 720 dias é constituída provisão de 100% sobre o saldo contábil. Os inventários físicos são realizados anualmente nos páios. Máquinas e equipamentos - É constituída provisão para desvalorização com base no levantamento de laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada e a provisão total é constituída caso o bem esteja classificado em BNDU há mais de 720 dias.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Créditos de carbono e títulos verdes: Como esses créditos adquiridos são utilizados exclusivamente para cumprir o compromisso de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV, ou seja a instituição não está exposta a variação de valor justo desse ativo no balanço, a eventual redução por longo período do valor justo desses créditos por condições de mercado não expõe a instituição a perdas por redução ao valor recuperável desse ativo.

Baixa de ativos: Os ativos são baixados, inclusive os intangíveis, quando a provisão para redução ao valor recuperável - imparidade atingir 100% do custo do ativo e, também, for constatada a inexistência, em definitivo, de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuação de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos.

Benefícios a empregados
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4.877/2020. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa 28.

Os valores referentes à participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei nº 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas
Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro-rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

Tributos
Os tributos do Conglomerado, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos sobre o lucro	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Banco Votorantim S.A. e Banco BV S.A. ⁽¹⁾	20%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Demais instituições financeiras e não financeiras ⁽¹⁾	de 9% a 15%

Demais tributos
PIS/PASEP ⁽²⁾ de 0,65% a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽²⁾ de 3% a 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ⁽³⁾ de 2% a 5%

⁽¹⁾ A Lei nº 14.446, de 02 de setembro de 2022, elevou a alíquota da CSLL dos bancos, de 20% para 21% e de 15% para 16% para as demais entidades do setor financeiro de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas anteriores a partir de 01 de janeiro de 2023, sendo, 20% para bancos e 15% para as demais entidades do setor financeiro.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / PASEP é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.
⁽³⁾ Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada Banco BV S.A.

Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 29).

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da realização de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV - O compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. A Instituição estima mensalmente a quantidade de emissões desses gases que é produzida pelos veículos e provisiona o correspondente custo de aquisição dos créditos que são necessários para compensar tal emissão. A provisão realizada com base na estimativa é revertida no mês seguinte, após o reconhecimento da despesa efetiva com a amortização destes créditos.

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Garantias financeiras prestadas
As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidas em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos balanços mensais e balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas antecipadamente são contabilizadas mensalmente em "Outros ativos financeiros - Outros créditos e rendas a receber", em contrapartida a "Receitas de prestação de serviços - Rendas de garantias prestadas".

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em "Comissões por intermediação de operações a pagar", do grupamento "Outros passivos financeiros", apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes leva em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa; e
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016, as provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas estão apresentadas em "Outros passivos" (nota explicativa 22.a e 30.1.a.ii).

Outros ativos e passivos
Créditos de carbono e títulos verdes
Outros ativos incluem também os créditos de carbono e títulos verdes que foram adquiridos com o propósito de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV. O CO₂ é um dos gases causadores do efeito estufa. O mecanismo de compensação de emissões de CO₂ que foi adotado pelo Conglomerado inclui a efetiva declaração de utilização (apostatadorial), no menor tempo possível, dos créditos de carbono e títulos verdes adquiridos. Não há previsão de destinação desses créditos para outra finalidade que não seja a compensação, como por exemplo, a sua negociação no mercado. Por esse motivo, como não houve expectativa da instituição ao valor justo sobre os créditos adquiridos, estes foram reconhecidos pelo preço pago e formam um estoque de toneladas de CO₂ controlados pelo custo médio, consumidos com base no volume mensal de CO₂ produzido pelos veículos financiados.

Independente do momento da aquisição e apostentadoria dos créditos de carbono e títulos verdes, diante do compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ dos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, as emissões realizadas pela carteira financiada constitui obrigação presente da Instituição, seguindo disposições descritas na nota explicativa 4r.

Despesas antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, incluindo custos de transação incorridos na obtenção de contratos com clientes, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Outros itens patrimoniais
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro-rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro-rata die*.

Eventos subsequentes
Entre o encerramento do exercício e a data de autorização da emissão das Demonstrações Contábeis, podem existir eventos que, sob determinadas condições, demandam ou não ajustes às Demonstrações Contábeis.

Eventos que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Contábeis demandam ajustes nestas demonstrações, enquanto que eventos que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Contábeis, não demandam ajustes.

Quando o evento subsequente demandar ajustes nas Demonstrações Contábeis do exercício encerrado, por exemplo perda por redução ao valor recuperável no crédito em caso de falência ou outros fatos relevantes de deterioração do crédito avaliados caso a caso, a Administração faz a atualização de suas divulgações contábeis reconhecendo os impactos no balanço patrimonial e no resultado, o que for aplicável. Para os eventos que não originam ajustes, a Administração divulga a natureza do evento e a estimativa de efeito financeiro para cada categoria significativa, quando aplicável, na nota explicativa de eventos subsequentes.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS
1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis
A elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre eventos futuros que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica, em base continuada e com revisão periódica, julgamentos que afetam os montantes apresentados nas



BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

6. RESULTADOS NÃO RECORRENTES
Para classificação de resultados não recorrentes, o banco BV considera as receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos, em consonância aos critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020.

	Banco e Consolidado			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado não recorrente - Resolução BCB nº 2/2020	(11.830)	39.038	84.542	39.038
Lucro na alienação de investimentos, líquido de impostos ^{(1) (2)}	-	39.038	96.372	39.038
Outros ⁽¹⁾	(11.830)	-	(11.830)	-

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao lucro na alienação parcial de uma de suas controladas (o valor bruto é de R\$ 175.222), conforme detalhado na nota 2a.

⁽²⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao lucro na alienação de uma de suas controladas (o valor bruto é de R\$ 73.904), conforme detalhado na nota 2b.

⁽³⁾ Inclui principalmente *impairment* de ativos não financeiros.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	68.070	242.163	86.836	291.851
Disponibilidades em moeda nacional	13.384	241.791	28.013	45.551
Disponibilidades em moeda estrangeira	54.686	241.372	58.823	246.300
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	593.080	389.240	593.080	389.240
Aplicações em depósitos interfinanceiros	229.143	267.727	229.143	267.727
Aplicações em moedas estrangeiras ⁽²⁾	363.937	121.513	363.937	121.513
Total	661.150	631.403	679.916	681.091

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

⁽²⁾ Os saldos dessas aplicações podem variar substancialmente em períodos comparativos, em razão das estratégias adotadas sobre operações em moeda estrangeira, incluindo os mecanismos de *hedge* empregados pela instituição.

8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	3.826.322	1.016.925	3.826.322	1.017.454
Re vendas a liquidar - Posição bancada	304.460	50.589	304.460	301.330
Letras do Tesouro Nacional	4.739	-	4.739	529
Notas do Tesouro Nacional	6.880	41.718	6.880	291.930
Títulos da Dívida Externa Brasileira	292.841	8.871	292.841	8.871
Re vendas a liquidar - Posição financiada	938.374	461.087	938.374	210.875
Letras do Tesouro Nacional	619.004	-	619.004	-
Notas do Tesouro Nacional	319.370	461.087	319.370	210.875
Re vendas a liquidar - Posição vendida	2.583.488	505.249	2.583.488	505.249
Letras do Tesouro Nacional	2.444.209	-	2.444.209	-
Notas do Tesouro Nacional	139.279	403.233	139.279	403.233
Títulos de Dívida Externa Brasileira	-	102.016	-	102.016
Aplicações em depósitos interfinanceiros ⁽²⁾	2.900.570	2.602.875	957.841	332.459
Total	6.726.892	3.619.800	4.784.163	1.349.913
Ativo circulante	6.226.445	3.353.709	4.283.716	1.083.822
Ativo não circulante	500.447	266.091	500.447	266.091

⁽¹⁾ Os saldos dessas aplicações podem variar substancialmente em períodos comparativos, em razão das estratégias adotadas sobre as operações interfinanceiras de liquidez.

⁽²⁾ Referem-se a operações com prazo original superior a 90 dias, que não se enquadram como caixa e equivalentes de caixa.

b) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	31.12.2023					31.12.2022					
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor contábil	Marcação a mercado
Vencimento em dias	159.276	4.275.065	92.835	12.398.792	2.434.979	19.264.999	19.360.947	95.948	7.234.670	7.247.922	13.252
1 - Títulos para negociação	-	4.275.065	92.835	12.398.792	2.434.979	19.154.928	19.201.671	46.743	6.748.501	6.771.780	23.279
Títulos públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.236	1.527	1.982.405	2.068.949	19.154.928	19.201.671	46.743	6.748.501	6.771.780	23.279
Letras do Tesouro Nacional	-	4.268.829	5.348	9.836.252	14.110.429	14.065.223	14.110.429	1.800	2.168.521	2.164.614	(3.907)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	85.960	580.135	366.030	1.030.325	1.032.125	1.800	1.800	1.800	-
Notas do governo de outros países	-	-	-	-	-	-	-	-	89.345	89.384	39
Títulos privados	159.276	-	-	-	-	110.071	159.276	49.205	486.169	476.142	(10.027)
Ações	159.276	-	-	-	-	110.071	159.276	49.205	486.169	476.142	(10.027)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Títulos disponíveis para venda	648.515	407.551	2.626.680	10.237.881	3.949.733	17.953.673	17.870.360	(83.313)	17.647.541	17.613.012	(34.529)
Títulos públicos	-	-	1.614.103	3.972.046	2.916.483	8.454.344	8.502.632	48.288	9.068.851	8.839.500	(229.801)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	11.350	520.522	532.029	531.872	(157)	974.952	974.952	(791)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	966.543	953.780	966.543	12.763	1.065.504	1.029.842	1.029.842	(35.662)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.097.197	597.686	1.249.671	2.915.317	2.934.554	19.237	2.722.755	2.610.888	(111.867)
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.387.219	1.146.290	2.536.029	2.533.509	(2.520)	2.289.315	2.221.105	(68.210)
Notas do governo de outros países	-	-	516.906	1.019.248	1.517.189	1.536.154	1.536.154	18.965	2.015.534	2.002.263	(13.271)
Títulos privados	648.515	407.551	1.012.577	6.265.835	1.033.250	9.499.329	9.367.728	(131.601)	8.578.690	8.773.962	195.272
Debêntures ⁽¹⁾	-	177.677	472.234	3.253.776	180.615	4.075.663	4.084.302	8.639	2.170.045	2.170.472	427
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	-	5.650	-	-	5.650	5.650	(6)	16.295	16.295	(5)
Ações ⁽³⁾	9.668	-	-	-	-	9.668	9.668	-	10.070	10.070	-
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾	638.847	37.173	53.130	838.319	770.848	2.328.239	2.338.317	10.078	3.616.571	3.946.039	329.468
Cédulas de Produto Rural - <i>Commodities</i> ⁽⁵⁾	-	128.682	189.118	620.264	-	948.136	938.064	(10.072)	399.269	397.652	(1.617)
<i>Eurobonds</i>	-	-	1	1	-	26	1	(25)	26	1	(25)
<i>Floating Rate Notes</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	7.463	110.553	178.571	-	299.524	296.587	(2.937)	696.774	682.465	(14.309)
Letras Financeiras	-	-	-	25.420	-	25.420	25.420	(319)	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	-	-	626	325.037	81.787	533.990	407.450	(123.540)	843.686	723.295	(120.391)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	11.623	221.891	-	236.824	233.514	(3.310)	177.134	177.555	421
Notas comerciais ⁽⁷⁾	-	56.556	169.643	802.556	-	1.038.864	1.028.755	(10.109)	648.820	650.123	1.303
3 - Títulos mantidos até o vencimento ⁽⁸⁾	-	2.444.573	3.930.129	5.708.217	213.422	12.296.341	12.296.341	-	17.084.433	17.084.433	-
Títulos públicos	-	2.444.573	3.930.129	5.708.217	213.422	12.296.341	12.296.341	-	17.084.433	17.084.433	-
Letras do Tesouro Nacional	-	2.444.573	2.413.682	1.565.438	-	6.423.693	6.423.693	-	6.891.257	6.891.257	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	1.516.447	4.142.779	213.422	5.872.648	5.872.648	-	10.193.176	10.193.176	-
Total (1 + 2 + 3)	807.791	7.127.189	6.649.644	28.344.890	6.998.134	49.515.013	49.527.648	12.635	41.966.644	41.945.367	(21.277)

O valor justo contempla o ajuste prudencial de *spread* de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

⁽¹⁾ O valor de custo das Debêntures inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 744.925 (R\$ 818.374 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽²⁾ O valor de custo das Notas Promissórias inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 26.126 (R\$ 26.126 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽³⁾ O valor de custo das Ações inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 3.160 no Banco e no Consolidado (R\$ 3.171 no Banco e R\$ 4.924 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽⁴⁾ O valor de custo das Cotas de fundos de investimentos considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 34.148 (R\$ 81.869 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. Inclui efeito de ajuste a valor justo de fundos de participações (FIP) e fundos de investimentos imobiliários (FII) que não são consolidados.

⁽⁵⁾ O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 24.160 (R\$ 24.160 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽⁶⁾ O valor de custo dos Certificados de Recebíveis Imobiliários considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 761 (R\$ 761 em 31 de dezembro de 2022) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽⁷⁾ O valor de custo das Notas Comerciais considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 55.128 em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários (em 31 de dezembro de 2022 não havia constituição de provisão para estes títulos).

⁽⁸⁾ Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" são contabilizados nos termos da Circular Bacen nº 3.068 / 2001 pelo valor de custo. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 12.183.083 no Banco e no Consolidado (R\$ 16.393.351 em 31 de dezembro de 2022 no Banco e no Consolidado).

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 8b)	336.280	294.094	603.317	708.844
Títulos de renda fixa ⁽¹⁾	1.757.077	1.439.174	3.868.226	2.838.892
Títulos no exterior ⁽¹⁾	170.366	144.007	264.626	268.007
Títulos de renda variável	(1.364)	(1.224)	51.168	1.209
Aplicações em fundos de investimentos ^{(1) (2)}	549.821	203.856	865.587	411.629
Aplicações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	4.972	2.462	8.481	20.457
Total	2.817.152	2.082.369	5.661.405	4.249.038

Consolidado

	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 8b)	247.398	151.558	384.159	469.067
Títulos de renda fixa ⁽¹⁾	1.798.116	1.479.029	3.945.618	2.797.026
Títulos no exterior ⁽¹⁾	170.366	144.007	264.626	268.007
Títulos de renda variável	(1.364)	(418)	51.168	1.750
Aplicações em fundos de investimentos ^{(1) (2)}	42.008	71.377	126.218	180.346
Aplicações em moeda estrangeira ⁽¹⁾	4.972	2.350	8.481	20.344
Total	2.261.496	1.847.903	4.780.270	3.736.540

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos.

⁽²⁾ Inclui efeitos decorrentes de transações com terceiros e com entidades do conglomerado, incluindo a realização de ganhos e distribuição de rendimentos via amortização de cotas de fundos de investimentos em participações (FIPs).

d) (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Ações	(



Leve para a vida

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Por indexador	Banco e Consolidado					
	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
De venda - Posição vendida	1.264.290	(26.383)	(71.313)	2.321.967	(114.679)	(131.094)
Opções Flexíveis	1.240.290	(26.285)	(71.302)	2.321.967	(114.679)	(131.094)
Ações	24.000	(98)	(11)	-	-	-
4 - Contratos de swaps (1) (2)						
Posição ativa	14.855.584	613.931	864.204	12.852.219	950.171	881.182
DI	6.503.751	387.237	427.517	8.992.751	337.681	558.613
Moeda estrangeira	170.603	17.340	17.306	1.680.185	403.376	93.948
Pré-fixado	8.137.730	193.837	404.411	2.039.969	158.079	181.743
IPCA	3.000	95	3	51.560	8.597	7.991
IGP-M	40.500	15.422	14.967	78.000	41.512	37.680
Libor	-	-	-	9.754	926	1.207
Posição passiva	12.354.160	(1.850.686)	(2.031.831)	13.233.879	(1.439.398)	(1.191.138)
DI	4.181.377	(308.678)	(309.493)	4.836.847	(104.405)	(264.694)
Moeda estrangeira	29.303	(720)	(524)	1.566.089	(415.563)	(82.411)
Pré-fixado	7.497.016	(1.406.838)	(1.592.420)	6.351.483	(831.240)	(776.589)
IPCA	489.464	(90.853)	(85.524)	365.833	(65.765)	(47.340)
IGP-M	49.648	(3.883)	(4.766)	96.719	(20.768)	(19.125)
Libor	-	-	-	16.908	(1.657)	(979)
Outros	107.352	(39.714)	(39.104)	-	-	-
5 - Outros instrumentos financeiros derivativos						
Posição ativa	15.001.915	93.154	89.621	13.405.437	59.943	57.905
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira (1)	15.001.915	93.154	89.621	13.384.566	58.554	56.533
Derivativos de crédito	-	-	-	20.871	1.389	1.372
Posição passiva	3.499.609	(216.853)	(146.594)	2.320.604	(407.528)	(185.619)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira (1)	3.305.957	(215.425)	(145.034)	2.164.073	(405.379)	(183.729)
Derivativos de crédito	193.652	(1.428)	(1.560)	156.531	(2.149)	(1.890)
Total ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	41.780.018	1.136.837	1.375.629	41.270.001	1.433.259	1.307.169
Total passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	80.886.194	(2.498.100)	(2.639.621)	59.043.633	(2.274.337)	(1.805.600)

(1) O valor justo das operações de swap, opções, derivativos de crédito e non deliverable forward - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

(2) A apresentação dos contratos de swap por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

	Banco e Consolidado					
	0 a 30		31 a 180		Acima de 360	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contratos futuros	14.738.885	10.035.963	9.790.597	38.336.513	72.901.958	50.784.594
Contratos a termo	205.860	-	-	181.957	387.817	271.783
Contratos de opções	1.451.583	832.479	1.020.297	360.810	3.665.169	7.445.118
Contratos de swaps	932.036	3.912.910	6.149.024	16.215.774	27.209.744	26.086.098
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	1.636.272	15.631.052	906.672	133.876	18.307.872	15.548.639
Derivativos de crédito	-	-	-	193.652	-	177.402
Total	18.964.636	30.412.404	18.060.242	55.228.930	122.666.212	100.313.634

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

	Banco e Consolidado					
	Futuros		Termo		Opções	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Bolsa de valores	72.901.958	-	1.041.600	-	-	73.943.558
Balcão	-	387.817	2.623.569	27.209.744	18.307.872	193.652
Instituições do mercado financeiro	-	387.817	3.407	21.597.333	10.982.057	193.652
Clientes	-	-	2.620.162	5.612.411	7.325.815	-
Total	72.901.958	775.634	6.672.518	34.419.297	26.316.266	168.948.110

d) Composição da carteira de derivativos de crédito

	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Swap de crédito						
Risco transferido	193.652	(1.428)	(1.560)	177.402	(760)	(518)
Por indexador						
Posição ativa - Pré-fixado	-	-	-	20.871	1.389	1.372
Posição passiva - Pré-fixado	193.652	(1.428)	(1.560)	156.531	(2.149)	(1.890)

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o "cliente risco" quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o "cliente risco" pelo valor de referência (notional) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia. Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia no montante de R\$ 620 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 819 em 31 de dezembro de 2022).

e) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Letras Financeiras do Tesouro	223.578	716.997	232.176	717.628
Letras do Tesouro Nacional	1.810.942	909.215	1.810.942	909.215
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	46.732	41.274	46.732	58.561
Outros	24.191	56.329	24.191	56.329
Total	2.105.443	1.723.815	2.114.041	1.741.733

f) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco e Consolidado					
	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	206.127	181.957	388.084	258.805	13.929	272.734
Mercado de opções	29.975	3.745	33.720	65.719	29.629	95.348
Contratos de swaps	223.620	640.584	864.204	828.494	52.688	881.182
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	88.518	1.103	89.621	52.778	3.755	56.533
Derivativos de crédito	-	-	-	-	1.372	1.372
Total	548.240	827.389	1.375.629	1.205.796	101.373	1.307.169
Passivo						
Operações de termo	(207.812)	(181.982)	(389.794)	(263.940)	(14.536)	(278.476)
Mercado de opções	(61.330)	(10.072)	(71.402)	(16.500)	(133.867)	(150.367)
Contratos de swaps	(1.049.750)	(982.081)	(2.031.831)	(670.967)	(520.171)	(1.191.138)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(139.103)	(5.931)	(145.034)	(177.046)	(6.683)	(183.729)
Derivativos de crédito	(1.560)	-	(1.560)	-	(1.890)	(1.890)
Total	(1.459.555)	(1.180.066)	(2.639.621)	(1.128.453)	(677.147)	(1.805.600)

g) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting
O Conglomerado utiliza relações de hedge dos tipos: Hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa. Essas estratégias são realizadas nas seguintes categorias de riscos:

- Risco de taxas de juros; e
- Risco cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de ALM. O Conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de hedge de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se movam em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de hedge estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são devido a descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de hedge.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de hedge. As operações de hedge foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%. O Conglomerado não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia das estratégias.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)
O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- Hedge de operações de crédito com risco em taxa pré-fixada/variação cambial são protegidos com contratos futuros de DI.

Itens objeto de hedge

Banco e Consolidado	Rubrica do balanço	31.12.2023			
		Valor contábil do objeto de hedge		Ajuste ao valor justo do objeto de hedge	
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Risco de taxa de juros					
Hedge de operações de crédito	Operações de crédito	26.492.303	-	424.947	-
Hedge de letras financeiras subordinadas perpétuas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	331.862	-	11.525
Total		26.492.303	331.862	424.947	11.525
Risco de taxa de juros					
Hedge de operações de crédito	Operações de crédito	16.936.827	-	(447.760)	-
Total		16.936.827	-	(447.760)	-

(1) Alterações no valor do item objeto de hedge que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

Para as estratégias de operações de crédito e arrendamento mercantil, o Conglomerado reestabelece a relação de cobertura dada que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de hedge. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

Banco e Consolidado	31.12.2023			
	Valor referencial		Valor base para calcular a inefetividade de hedge (1)	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	452.158	26.656.531	(3.133.162)	(9.498)
Total	452.158	26.656.531	(3.133.162)	(9.498)
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	-	19.915.037	(1.817.175)	(31.032)
Total	-	19.915.037	(1.817.175)	(31.032)

(1) Alterações no valor justo do instrumento de hedge que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

(2) Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de hedge. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve desmontes de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa
Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3. Para proteger os fluxos de recebimentos futuros de títulos soberanos emitidos pela República Federativa do Brasil no exterior e outros títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD e EUR), o Conglomerado negociou contratos de swap em mercado de balcão, registrados na B3.

Itens objeto de hedge

Banco e Consolidado	Rubrica do balanço	31.12.2023			
		Valor contábil / referencial		Valor base para calcular a inefetividade de hedge (1)	
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Risco de taxa de juros					
Hedge de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	3.289.443	(17.430)	(3.929)
Risco de variação cambial					
Hedge de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	1.146.290	-	(81.530)	46.437
Hedge de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	5.181.633	926.996	(153.608)
Hedge de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	492.103	60.289	(17.795)
Total		1.146.290	8.963.179	888.325	(128.895)
Risco de taxa de juros					
Hedge de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	4.447.448	(69.994)	24.048
Hedge de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	-	78.354	(4.346)	35
Risco de variação cambial					
Hedge de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	445.028	-	(19.018)	29.140
Hedge de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	-	5.587.770	257.241	91.721
Hedge de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.014.774	(25.869)	23.009
Total		445.028	11.128.276	138.014	167.953

(1) Alterações no valor do item objeto de hedge que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de hedge resultam no montante de inefetividade do hedge.

Instrumentos de hedge

Banco e Consolidado	31.12.2023			
	Valor contábil / referencial		Valor base para calcular a inefetividade de hedge (1)	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Risco de taxa de juros				
Futuros DI	3.150.794	-	17.299	(28.011)
Risco de variação cambial				
Swap (1) (2)	5.584.248	1.236.421	(898.526)	(268.837)
Total	8.735.042	1.236.421	(881.227)	(296.848)
Risco de taxa de juros				
Futuros DI	4.385.438	-	76.004	(222.686)
Total	6.664.911	495.479	(208.511)	(270.462)
Total	11.050.349	495.479	(132.507)	(493.148)



BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

Banco	Operações em curso normal								31.12.2023	31.12.2022	
	AA	A	B	C	D	E	F	G			
Parcelas vincendas	3.028.995	32.089.098	15.505.255	6.960.362	1.097.158	270.106	173.083	697.507	282.221	60.103.785	57.350.452
01 a 30	298.148	2.332.182	427.976	134.026	48.872	13.207	12.877	32.961	80.459	3.380.708	4.385.570
31 a 60	357.495	1.704.569	651.700	269.921	46.588	11.130	6.099	5.218	9.998	3.062.718	2.939.887
61 a 90	321.012	2.539.275	614.537	285.850	47.087	11.548	5.688	5.736	10.800	3.841.533	2.917.583
91 a 180	604.629	4.778.831	1.669.196	786.920	125.318	30.334	16.520	15.535	30.899	8.058.182	6.928.610
181 a 360	619.359	6.253.985	2.842.528	1.216.272	205.041	50.421	30.368	27.959	54.495	11.300.428	10.179.493
Acima de 360	828.352	14.480.256	9.299.318	4.267.373	624.252	153.466	101.531	610.098	95.570	30.460.216	29.999.309
Parcelas vencidas	-	99.739	51.736	42.136	12.084	3.280	1.333	2.046	2.525	214.879	172.346
Até 14 dias	-	99.739	51.736	42.136	12.084	3.280	1.333	2.046	2.525	214.879	172.346
Subtotal	3.028.995	32.188.837	15.556.991	7.002.498	1.109.242	273.386	174.416	699.553	284.746	60.318.664	57.522.798
Operações em curso anormal⁽¹⁾											
Parcelas vincendas	-	1.046.210	1.381.828	1.205.128	657.456	597.930	516.818	1.188.477	6.593.847	5.886.760	-
01 a 30	-	51.264	66.568	55.507	30.126	27.228	22.439	55.794	308.926	274.768	-
31 a 60	-	54.323	65.938	54.865	29.883	26.208	22.558	55.015	308.790	277.192	-
61 a 90	-	48.124	60.377	50.379	27.195	23.620	20.104	50.523	280.322	257.559	-
91 a 180	-	137.050	170.046	142.853	77.339	68.994	57.758	141.476	795.316	704.653	-
181 a 360	-	232.010	290.995	247.613	133.556	128.100	99.621	241.598	1.370.573	1.199.626	-
Acima de 360	-	523.439	727.904	653.911	359.357	326.700	294.338	644.071	3.529.720	3.172.962	-
Parcelas vencidas⁽²⁾	-	58.512	124.603	140.208	105.190	128.903	579.440	1.253.470	1.159.814	-	-
01 a 14	-	3.043	26.632	24.446	13.738	11.762	9.303	24.897	113.821	98.060	-
15 a 30	-	55.469	41.209	31.555	17.194	13.982	12.797	31.730	203.936	187.182	-
31 a 60	-	-	56.762	48.806	30.129	27.008	22.341	64.272	249.318	223.557	-
61 a 90	-	-	-	35.401	23.006	23.335	32.070	59.023	172.835	146.768	-
91 a 180	-	-	-	-	21.836	39.814	52.392	180.408	294.540	256.898	-
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	219.110	219.110	247.376	-
Subtotal	-	1.104.722	1.506.431	1.345.336	763.359	713.831	645.721	1.767.917	7.847.317	7.046.601	-
Total	3.028.995	32.188.837	16.661.713	8.508.929	2.454.578	1.036.745	888.247	1.345.274	2.052.663	68.165.981	64.569.399
(+/-) Ajuste ao valor justo⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.590.928	64.123.639
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.590.928	64.123.639
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	3.092.617	35.207.867	15.774.497	7.351.394	1.312.417	350.529	210.783	745.985	336.756	64.382.846	61.952.709
01 a 30	298.232	3.365.329	511.156	254.151	88.112	29.631	20.358	41.570	93.731	4.072.270	6.040.921
31 a 60	357.580	2.185.881	695.030	331.696	66.632	19.380	9.667	6.688	17.539	3.693.093	3.581.886
61 a 90	321.097	2.881.145	646.226	331.851	62.839	18.419	8.745	9.490	16.377	4.296.189	3.387.380
91 a 180	604.883	5.349.849	1.726.017	869.916	157.259	44.669	23.809	24.135	41.973	8.841.790	7.760.237
181 a 360	619.805	6.573.356	2.877.853	1.271.702	237.531	67.128	38.542	38.897	65.804	11.790.618	10.692.482
Acima de 360	891.020	14.852.307	9.188.215	4.292.078	700.044	171.302	110.382	622.205	101.332	31.058.886	30.489.803
Parcelas vencidas⁽²⁾	-	143.045	54.812	47.063	17.592	7.024	2.937	4.370	4.825	281.668	322.204
Até 14 dias	-	143.045	54.812	47.063	17.592	7.024	2.937	4.370	4.825	281.668	322.204
Subtotal	3.092.617	35.350.912	15.829.309	7.398.457	1.330.009	357.553	213.720	750.355	341.581	64.664.514	62.274.913
Operações em curso anormal⁽¹⁾											
Parcelas vincendas	-	1.076.999	1.433.280	1.230.141	666.028	604.053	526.456	1.220.489	6.757.446	6.084.511	-
01 a 30	-	53.023	70.732	56.189	30.630	27.476	22.803	56.170	317.023	326.131	-
31 a 60	-	54.323	65.938	54.969	29.950	26.254	22.586	55.222	309.242	302.791	-
61 a 90	-	48.124	60.377	50.464	27.250	23.656	20.128	50.666	280.665	277.484	-
91 a 180	-	137.050	170.046	143.055	74.453	69.079	57.813	141.760	796.256	744.022	-
181 a 360	-	232.010	290.995	247.833	133.674	125.275	99.687	241.832	1.371.306	1.231.267	-
Acima de 360	-	552.469	775.192	677.631	367.011	332.313	303.439	674.839	3.682.954	3.202.816	-
Parcelas vencidas⁽²⁾	-	78.675	175.313	193.330	159.464	167.724	238.669	1.411.876	2.424.851	2.406.137	-
01 a 14	-	3.043	26.850	24.580	13.821	11.836	9.418	24.938	114.486	123.806	-
15 a 30	-	75.632	43.640	35.294	19.834	15.182	14.617	33.908	238.107	247.255	-
31 a 60	-	-	104.823	57.360	37.016	30.637	27.081	69.756	326.673	337.756	-
61 a 90	-	-	-	76.096	26.846	25.879	47.558	99.363	275.742	293.201	-
91 a 180	-	-	-	-	61.947	84.190	139.795	316.564	602.496	684.372	-
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	867.347	867.347	719.747	-
Subtotal	-	1.155.674	1.608.593	1.423.471	825.492	771.777	764.925	2.632.365	9.182.297	8.490.648	-
Total	3.092.617	35.350.912	16.984.983	9.007.050	2.753.480	1.183.405	985.497	1.515.280	2.973.946	73.846.811	70.765.561
(+/-) Ajuste ao valor justo⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.271.758	70.317.801
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.271.758	70.317.801

(1) Inclui somente operações com pelo menos um parcela com atraso superior a 14 dias.

(2) O conglomerado não adota a contagem em dobro para as operações de crédito.

(3) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

e) Constituição da provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de risco

Nível de risco	31.12.2023				31.12.2022				
	% Mínimo de Provisão	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão complementar ⁽¹⁾	Provisão existente	
Banco									
AA	0,00%	3.028.995	-	-	3.734.190	-	-	-	
A	0,50%	32.188.837	(160.944)	-	(160.944)	33.043.739	(165.219)	(165.219)	
B	1,00%	16.661.713	(166.617)	-	(166.617)	13.142.368	(131.424)	(131.424)	
C	3,00%	8.508.929	(255.268)	(320)	(255.588)	7.000.085	(210.003)	(210.003)	
D	10,00%	2.454.578	(245.458)	(2.000)	(247.458)	2.057.099	(205.710)	(205.710)	
E	30,00%	1.036.745	(311.024)	(29.000)	(340.024)	1.569.075	(470.723)	(470.723)	
F	50,00%	888.247	(444.124)	(10.784)	(454.908)	386.625	(193.313)	(193.313)	
G	70,00%	1.345.274	(941.691)	(158.771)	(1.100.462)	1.759.899	(1.231.229)	(1.369.281)	
H	100,00%	2.052.663	(2.052.663)	(2.052.663)	(2.052.663)	1.877.319	(1.877.319)	(1.877.319)	
Total		68.165.981	(4.577.789)	(200.875)	(4.778.664)	64.569.399	(4.484.940)	(138.052)	(4.622.992)
(+/-) Ajuste ao valor justo⁽²⁾		424.947	-	-	-	-	-	-	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo consolidado		68.590.928	-	-	-	64.123.639	-	-	
AA	0,00%	3.092.617	-	-	-	3.739.453	-	-	
A	0,50%	35.350.912	(176.755)	-	(176.755)	36.700.870	(183.504)	(183.504)	
B	1,00%	16.984.983	(169.850)	-	(169.850)	13.545.763	(135.458)	(135.458)	
C	3,00%	9.007.050	(270.212)	(320)	(270.532)	7.559.119	(226.774)	(226.774)	
D	10,00%	2.753.480	(275.348)	(2.000)	(277.348)	2.406.561	(240.656)	(240.656)	
E	30,00%	1.183.045	(354.913)	(



Leve para a vida

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Informações financeiras resumidas das controladas nas Demonstrações Contábeis

	31.12.2023		Exercício/2023		31.12.2022	
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro / (prejuízo) líquido	Ordinárias	Participação do capital social %	
No País - Controladas do Banco						
Banco BV S.A. (1)	2.500.131	2.037.135	(465.342)	1.602	100%	
BV Corretora de Seguros	1.000	1.200	390.966	200	100%	
BVIA (2)	99.564	121.868	29.251	75.758	100%	
Atenas (3)	51.610	62.880	2.016	51.610	100%	
BVEP (3) (4)	352.383	367.589	14.549	598.400	100%	

(1) A Administração do Banco BV S.A. aprovou em abril de 2023 o aumento de capital social no montante de R\$ 1.200.000, mediante a emissão de 779.143 de novas ações ordinárias.
 (2) Inclui principalmente a redução de capital social da BVIA no montante de R\$ 40.179, sem cancelamento de ações da respectiva Companhia e também a distribuição de dividendos no valor de R\$ 44.820, aprovados em 24 de maio de 2023.
 (3) Inclui impairment de controladas.
 (4) Em abril de 2023, foi aprovada a redução de capital social no montante de R\$ 246.017, sem cancelamento de ações da respectiva Companhia.

e) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto nas Demonstrações Contábeis Consolidadas

	31.12.2023		Exercício/2023		31.12.2022	
	Coligadas do Banco BV S.A.	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP	Coligadas do Banco BV S.A.	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP
Ativo Total (2)	201.570	18.224	14.639	2.495	102	21.117
Passivo Total (2)	201.570	18.224	14.639	2.495	102	21.117
Passivo	96.473	31.343	9.865	2.285	5.156	16.477
Patrimônio líquido	105.097	(13.119)	4.774	210	(5.054)	4.640
Resultado do período (2)	(7.586)	(7.618)	(1.550)	(775)	(11.203)	(21.726)
Resultado do período (2)	(9.209)	(15.637)	3.171	(1.335)	(19.835)	(29.959)

(1) Contempla Companhia que passou a ser coligada em fevereiro de 2023, conforme descrito na nota 2a.
 (2) As informações de ativos, passivos e resultado não estão ajustadas pelos percentuais detidos direta ou indiretamente pelo Banco Votorantim. A posição patrimonial das empresas não considera a data de início do investimento pelo banco BV.

16. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2023		Exercício/2023		31.12.2022	
	Saldo contábil	Aquisições (1) (2)	Baixas/outros eventos (2)	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada
Banco						
Instalações	26.895	334	-	(6.997)	141.344	20.232
Móveis e equipamentos de uso	6.210	44	-	(1.180)	42.553	(37.479)
Sistema de comunicação	2.695	533	-	(1.020)	18.910	(16.702)
Sistema de processamento de dados	50.471	6.331	-	(17.786)	223.074	(184.058)
Sistema de segurança	84	9	-	(42)	2.619	(2.568)
Sistema de transporte	492	-	(131)	(106)	909	(654)
Total	86.847	7.251	(131)	(27.131)	429.409	(362.573)
Consolidado						
Instalações	26.968	334	-	(7.006)	142.606	(122.310)
Móveis e equipamentos de uso	6.221	678	(5)	(1.210)	46.251	(40.567)
Sistema de comunicação	2.695	533	-	(1.020)	18.910	(16.702)
Sistema de processamento de dados	50.471	6.331	-	(17.786)	223.074	(184.058)
Sistema de segurança	84	9	-	(42)	2.619	(2.568)
Sistema de transporte	492	-	(131)	(106)	909	(654)
Total	86.931	7.885	(136)	(27.170)	434.369	(366.859)
31.12.2021						
Saldo contábil						
Banco						
Instalações	34.732	607	-	(8.444)	141.417	(114.522)
Móveis e equipamentos de uso	7.744	233	-	(1.767)	42.555	(36.345)
Sistema de comunicação	2.991	711	-	(1.007)	18.404	(15.709)
Sistema de processamento de dados	35.152	32.187	-	(16.868)	217.218	(166.747)
Sistema de segurança	122	6	-	(44)	2.639	(2.555)
Sistema de transporte	351	318	-	(177)	1.277	(785)
Total	81.092	34.062	-	(28.307)	423.510	(336.663)
Consolidado						
Instalações	34.961	607	(118)	(8.482)	142.941	(115.973)
Móveis e equipamentos de uso	7.832	233	(12)	(1.832)	45.316	(39.095)
Sistema de comunicação	2.991	711	-	(1.007)	19.773	(17.078)
Sistema de processamento de dados	35.152	32.187	-	(16.868)	220.538	(170.067)
Sistema de segurança	121	7	-	(44)	2.734	(2.650)
Sistema de transporte	351	318	-	(177)	1.277	(785)
Total	81.408	34.063	(130)	(28.410)	432.579	(345.648)

(1) Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.
 (2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve baixa de imobilizado de uso.
 (3) No consolidado, inclui o efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada em fevereiro de 2023 (Nota 2a).
 (4) No consolidado, contempla movimentação relacionada à alienação total da Promotiva, que deixou de ser consolidada a partir de dezembro de 2022 (Nota 2b).
 (5) A partir de novembro de 2023, contempla efeitos da consolidação das empresas Bankly e Acessopar.

17. INTANGÍVEL E ÁGIO

	31.12.2023		Exercício/2023		31.12.2022	
	Valor de custo (2)	Amortização acumulada (1) (2)	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Intangível (Nota 17a)						
Ativos intangíveis (Amortização acumulada)	2.226.518	1.883.075	2.471.149	2.226.518	1.883.075	2.025.228
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(946.396)	(732.142)	(995.953)	(946.396)	(732.142)	(772.588)
Ágio (1)						
Total	1.108.702	982.606	1.507.826	1.108.702	982.606	1.074.484

(1) Em novembro de 2023, o banco BV, por meio de sua controlada Banco BV S.A., adquiriu 100% das ações da Bankly e o controle acionário da Acessopar (Nota 2d). O montante está sujeito a alterações após a avaliação de ativos e passivos a valor justo (PPA).
 (2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve baixa de intangível de uso.
 (3) Com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a partir de 2023, os ativos de sustentabilidade, tais como créditos de carbono e títulos verdes, passaram a ser apresentados em Outros ativos.

b) Movimentação

	31.12.2022		Exercício/2023		31.12.2023	
	Saldo contábil	Aquisições (1) (2) (3)	Baixas/Outros eventos (1) (4)	Amortização	Imparidade	Saldo contábil
Banco						
Softwares adquiridos	403	-	-	(347)	-	56
Licenças de uso	70.238	147.340	-	(5.833)	(138.559)	73.186
Softwares desenvolvidos internamente	843.131	362.057	-	(15.735)	(150.900)	1.035.460
Marcas e patentes	2.417	-	-	(1.583)	(834)	-
Créditos de carbono e títulos verdes (3)	66.417	-	-	(66.417)	-	-
Total	982.606	509.397	(99.588)	(290.640)	(3.093)	1.108.702
Consolidado						
Softwares adquiridos	24.680	9.251	-	(435)	-	33.496
Licenças de uso	71.385	148.150	-	(6.978)	(138.769)	73.788
Softwares desenvolvidos internamente	909.585	483.279	-	(24.529)	(168.750)	1.196.492
Marcas e patentes	2.417	-	-	(1.583)	(834)	-
Créditos de carbono e títulos verdes (3)	66.417	-	-	(66.417)	-	-
Total	1.074.484	640.680	(99.507)	(308.788)	(3.093)	1.303.776
31.12.2021						
Saldo contábil						
Banco						
Softwares adquiridos	2.146	-	-	(1.743)	-	403
Licenças de uso	69.144	120.448	-	(119.354)	-	70.238
Acordos por direitos de comercialização	1.123	5.488	-	(6.611)	-	843.131
Softwares desenvolvidos internamente	495.502	3.417	-	(1.000)	-	2.417
Marcas e patentes	3.417	-	-	(1.000)	-	66.417
Créditos de carbono e títulos verdes (3)	23.187	49.694	-	(6.464)	-	-
Total	594.519	600.591	(212.504)	(212.504)	(212.504)	982.606
Consolidado						
Softwares adquiridos	26.423	-	-	(1.743)	-	24.680
Licenças de uso	69.146	123.790	-	(121.551)	-	71.385
Acordos por direitos de comercialização	1.123	5.488	-	(6.611)	-	843.131
Softwares desenvolvidos internamente	551.362	453.293	-	(95.070)	-	909.585
Marcas e patentes	3.417	-	-	(1.000)	-	2.417
Créditos de carbono e títulos verdes (3)	23.187	49.694	-	(6.464)	-	66.417
Total	674.658	632.265	(232.439)	(232.439)	(232.439)	1.074.484

(1) Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.
 (2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve baixa de ativos intangíveis.
 (3) Com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a partir de 2023, os ativos sustentáveis, tais como créditos de carbono e títulos verdes, passaram a ser apresentados em Outros ativos.
 (4) No consolidado, contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada em fevereiro de 2023 (Nota 2a).
 (5) No consolidado, inclui movimentação relacionada à alienação total da Promotiva, que deixou de ser consolidada a partir de dezembro de 2022 (Nota 2b).
 (6) A partir de novembro de 2023, contempla efeitos da consolidação das empresas Bankly e Acessopar.

c) Estimativa de amortização em 31 de dezembro de 2023

	31.12.2023					A partir de 2029	Não amortizáveis (1)	Total
	2024	2025	2026	2027	2028			
Banco								
Valores a amortizar	285.328	236.898	198.239	170.206	119.502	98.529	-	1.108.702
Consolidado								
Valores a amortizar e outros montantes	310.957	262.455	220.093	187.919	135.918	154.155	32.279	1.303.776

(1) Inclui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

18. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31.12.2023		Exercício/2023		31.12.2022	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (2)	Depósitos a prazo (2)	Depósitos a prazo (2)	Depósitos a prazo (2)	Depósitos a prazo (2)
Depósitos à vista						
Pessoas físicas (1)	503.431	174.058	667.316	667.316	895.168	
Pessoas jurídicas (1)	75.351	137.918	248.900	248.900	263.885	
Empresas ligadas	425.169	642.504	418.410	418.410	631.277	
Vinculados	6	6	6	6	6	
Depósitos interfinanceiros	507.897	1.005.548	507.897	507.897	749.199	
Depósitos a prazo (2)	26.175.581	22.464.245	26.047.820	26.047.820	21.780.958	
Moeda nacional	25.579.807	21.389.997	25.452.046	25.452.046	20.706.710	
Moeda estrangeira	595.774	1.074.248	595.774	595.774	1.074.248	
Outros depósitos	-	-	140.431	-	-	
Total	27.186.909	24.253.851	27.363.464	27.363.464	23.425.325	
Passivo circulante	25.445.625	22.457.453	25.723.265	25.723.265	21.883.841	
Passivo não circulante	1.741.284	1.796.398	1.640.199	1.640.199	1.541.484	

(1) Contempla valores a receber de clientes, no âmbito do sistema de valores a receber (SVR).
 (2) Inclui emissão de título verde (CDB green), maiores detalhes estão descritos na nota 31.

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 31 de dezembro de 2023

	Sem vencimento					Até 3 meses		3 a 12 meses		1 a 3 anos		3 a 5 anos		31.12.2023		31.12.2022	
Banco																	
Depósitos à vista	503.431	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	503.431	784.058	
Depósitos interfinanceiros	-	216.319	284.960	6.618	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	507.897	1.005.548	
Depósitos a prazo	-	14.777.714	9.663.201	1.567.743	166.923	26.175.581	22.464.245	166.923	26.175.581	22.464.245	166.923	26.175.581	22.464.2				



Leve para a vida

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000

Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

22. OUTROS PASSIVOS

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
13.299.620	12.967.931	12.606.316	9.749.840	
Obrigações de operações vinculadas a cêssões (Nota 12h.1) ⁽¹⁾	11.354.682	10.794.946	10.539.276	7.411.365
Comissões por intermediação de operações a pagar	25.329	23.862	25.335	24.031
Operações com cartão de crédito	-	-	121.534	154.589
Negociação e intermediação de valores	65.824	41.537	65.841	51.978
Carteira de câmbio (Nota 13b)	1.853.092	2.107.493	1.853.092	2.107.493
Outros ⁽²⁾	639	93	1.184	384
Outros passivos	1.794.913	1.779.900	2.069.801	2.044.880
Recursos em trânsito de terceiros	150.602	123.144	157.740	131.103
Provisão para participação nos lucros e resultados	183.336	216.826	231.006	260.555
Provisão para despesas de pessoal	359.140	348.560	394.818	405.021
Provisão para despesas administrativas	272.569	235.304	301.800	283.624
Provisão para perda com garantias financeiras prestadas (Nota 30.1.a.ii)	185.603	189.858	185.063	189.858
Provisão para perda - Outros riscos	12.404	6.919	13.898	6.919
Obrigações legais (Nota 29e)	25.480	57.147	35.475	66.099
Credores diversos - No país	78.189	300.933	311.196	393.153
Valores a pagar a sociedades ligadas	69.470	133	-	-
Dividendos a pagar/Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽²⁾	412.500	271.700	412.500	271.700
Compensação da emissão de CO ² por veículos financiados pelo banco BV (Nota 31)	963	963	672	963
Outros ⁽³⁾	45.197	28.704	25.342	36.176
Total	15.094.533	14.747.831	14.676.117	11.794.720
Passivo circulante	8.459.527	8.219.801	8.502.901	7.167.597
Passivo não circulante	6.635.006	6.528.030	6.173.216	4.627.123

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios.
⁽²⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.
⁽³⁾ Inclui investimentos com passivo a descoberto.

23. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
723.118	866.044	1.316.365	1.597.668	
Cobrança	3.743	7.931	8.628	16.763
Comissões sobre colocação de títulos	70.890	62.336	102.423	127.109
Rendas de serviços de custódia	96	108	133	145
Rendas de garantias prestadas	45.220	50.293	91.172	101.042
Comissões sobre seguros	18.633	14.225	34.100	22.553
Assessoria financeira	909	15.147	1.629	22.722
Rendas de serviços de liquidação bancária com parceiros	5.148	17.975	22.276	34.741
Outros serviços	6.292	6.624	11.727	12.565
Total	150.931	174.639	272.088	337.640
Administração de recursos de terceiros ⁽¹⁾	-	42.865	6.878	92.186
Cobrança	3.743	7.931	8.628	13.963
Comissões sobre colocação de títulos	70.890	62.721	102.437	128.107
Corretagens de operações em bolsa ⁽¹⁾	-	835	134	2.076
Rendas de serviços de custódia ⁽¹⁾	96	7.889	1.640	16.703
Rendas de garantias prestadas	45.220	50.293	91.172	101.042
Transações de cartão de crédito	122.682	133.112	240.031	249.230
Comissões sobre seguros	433.501	298.090	773.989	485.987
Assessoria financeira ⁽¹⁾	909	15.147	1.629	22.722
Correspondente bancário ⁽²⁾	-	205.503	-	408.060
Rendas de serviços de liquidação bancária com parceiros ⁽³⁾	4.141	8.259	9.962	13.364
Outros serviços	41.936	33.399	79.865	64.228
Total	723.118	866.044	1.316.365	1.597.668

⁽¹⁾ Deixaram de ser apresentados os montantes relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada, em fevereiro de 2023 (Nota 2a).
⁽²⁾ Deixaram de ser apresentados os montantes relacionados às operações da Promotiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com a alienação total da ora controlada (Nota 2b).
⁽³⁾ São apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. Inclui o resultado com parcerias envolvendo o negócio de liquidação financeira.

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
509.190	378.673	898.434	689.172	
Confecção de cadastro	317.061	233.216	551.674	414.325
Transferência de recursos	277	255	626	973
Avaliação de bens	147.669	83.040	256.691	146.542
Outras	298	166	473	297
Total	465.305	316.677	809.464	562.137
Confecção de cadastro	319.344	233.216	556.024	414.325
Transferência de recursos	277	255	626	973
Avaliação de bens	147.669	83.040	256.691	146.542
Rendas de cartão de crédito	41.595	61.831	84.577	126.688
Outras	305	331	516	644
Total	509.190	378.673	898.434	689.172

c) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
(665.190)	(765.080)	(1.279.293)	(1.387.915)	
Honorários, pró labore e outros (Nota 27)	(9.288)	(12.010)	(20.589)	(23.147)
Benefícios	(73.108)	(80.549)	(142.792)	(146.748)
Encargos sociais	(114.286)	(109.991)	(217.749)	(208.700)
Proventos ⁽¹⁾	(367.745)	(379.078)	(684.219)	(750.408)
Demandas trabalhistas	(86.100)	(169.476)	(186.646)	(23.892)
Trainamentos	(6.814)	(7.155)	(11.052)	(12.062)
Previdência privada complementar	(7.849)	(6.821)	(14.246)	(12.953)
Total	(665.190)	(765.080)	(1.279.293)	(1.387.915)
Honorários, pró labore e outros (Nota 27)	(12.947)	(16.065)	(28.401)	(31.205)
Benefícios	(86.341)	(94.175)	(173.426)	(179.768)
Encargos sociais	(139.515)	(135.856)	(273.291)	(260.331)
Proventos ⁽¹⁾	(452.109)	(474.590)	(858.368)	(939.933)
Demandas trabalhistas	(88.014)	(173.173)	(192.995)	(247.418)
Trainamentos	(8.946)	(8.963)	(14.527)	(15.075)
Previdência privada complementar	(9.761)	(8.853)	(18.054)	(16.802)
Total	(797.633)	(911.675)	(1.559.062)	(1.690.532)

⁽¹⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.
⁽²⁾ Contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada em fevereiro de 2023 (Nota 2a).
⁽³⁾ Contempla movimentação relacionada à alienação total da Promotiva, que deixou de ser consolidada a partir de dezembro de 2022 (Nota 2b).

d) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
(817.726)	(803.782)	(1.557.770)	(1.488.849)	
Água, energia e gás	(249)	(1.274)	(1.005)	(1.903)
Aluguéis	(12.968)	(13.186)	(25.647)	(24.495)
Comunicações	(14.081)	(11.743)	(21.244)	(22.807)
Contribuições filantrópicas ⁽¹⁾	(1.650)	(2.846)	(1.890)	(3.277)
Manutenção e conservação de bens	(5.437)	(4.885)	(9.282)	(9.566)
Materiais	(610)	(3.002)	(1.902)	(5.247)
Processamento de dados	(129.671)	(142.917)	(281.243)	(278.424)
Promoções e relações públicas	(26.236)	(29.472)	(42.990)	(42.648)
Propaganda e publicidade	(57.279)	(86.571)	(104.069)	(125.492)
Seguros	(4.745)	(3.451)	(9.033)	(7.009)
Serviços do sistema financeiro	(55.257)	(35.272)	(97.701)	(70.431)
Serviços de terceiros	(4.022)	(5.973)	(8.289)	(11.867)
Serviços de vigilância e segurança	(1.120)	(492)	(2.476)	(973)
Serviços técnicos especializados	(272.948)	(263.042)	(529.978)	(506.738)
Transportes	(4.640)	(3.078)	(9.632)	(6.052)
Viagens	(4.276)	(4.677)	(8.050)	(7.070)
Emolumentos judiciais e cartorários	(58.433)	(41.024)	(99.541)	(77.583)
Amortização ⁽²⁾	(119.246)	(91.112)	(219.102)	(177.090)
Depreciação ⁽²⁾	(7.670)	(11.531)	(17.482)	(23.058)
Outras	(37.188)	(48.234)	(67.214)	(87.119)
Total	(817.726)	(803.782)	(1.557.770)	(1.488.849)
Água, energia e gás	(430)	(1.604)	(1.565)	(2.374)
Aluguéis	(15.246)	(15.510)	(29.984)	(28.690)
Comunicações	(18.906)	(14.512)	(29.563)	(29.903)
Contribuições filantrópicas ⁽¹⁾	(9.762)	(8.359)	(10.002)	(8.791)
Manutenção e conservação de bens	(7.749)	(6.573)	(18.550)	(12.279)
Materiais	(4.967)	(3.008)	(2.484)	(6.120)
Processamento de dados	(239.432)	(240.406)	(481.436)	(460.060)
Promoções e relações públicas	(29.167)	(30.767)	(46.783)	(46.388)
Propaganda e publicidade	(61.637)	(95.748)	(115.240)	(176.861)
Seguros	(6.214)	(3.990)	(10.950)	(8.122)
Serviços do sistema financeiro	(68.024)	(39.577)	(113.258)	(78.069)
Serviços de terceiros	(9.824)	(7.228)	(15.469)	(14.529)
Serviços de vigilância e segurança	(1.844)	(633)	(3.836)	(1.285)
Serviços técnicos especializados ⁽³⁾	(372.021)	(332.617)	(670.418)	(636.991)
Transportes	(5.203)	(3.288)	(10.403)	(6.399)
Viagens	(4.940)	(5.441)	(9.176)	(8.210)
Emolumentos judiciais e cartorários	(59.226)	(41.579)	(100.816)	(78.670)
Amortização ⁽²⁾	(169.291)	(120.560)	(308.798)	(232.439)
Depreciação ⁽²⁾	(13.271)	(14.139)	(27.170)	(28.410)
Outras	(40.433)	(55.816)	(74.904)	(97.500)
Total	(1.133.587)	(1.041.655)	(2.080.795)	(1.962.090)

⁽¹⁾ As respectivas contribuições filantrópicas estão detalhadas na nota 31.
⁽²⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o Banco Votorantim e suas controladas.
⁽³⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, inclui o montante de R\$ 6.464 no Banco e no Consolidado, referente as despesas de amortização dos créditos de carbono e títulos verdes consumidos pela compensação da emissão de CO² pelos veículos financiados pelo banco BV. A partir de 2023, com o início da vigência da Instrução Normativa BCB nº 325, a despesa de compensação destes veículos, passaram a ser apresentados em outras despesas operacionais (Nota 31).
⁽⁴⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram contratados serviços junto aos auditores externos no total de R\$ 3.486 (R\$ 3.097 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

e) Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
114.569	142.165	152.737	186.820	
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	41.260	12.319	47.217	20.815
Atualização de depósitos em garantia ⁽²⁾	-	16.879	-	28.585
Ressarcimento de multas e atualização de tributos pagos a maior	65.54	23.262	93.815	42.110
Ressarcimento de custos operacionais	2,05	209	293	335
Outras	7,063	89,555	11,412	94,975
Total	114.569	142.165	152.737	186.820
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	50.212	15.013	61.006	24.466
Atualização de depósitos em garantia ⁽²⁾	-	19.394	-	31.933
Ressarcimento de multas e atualização de tributos pagos a maior	71.631	30.318	105.778	50.355
Ressarcimento de custos operacionais	205	209	293	335
Reversão de provisão sobre cancelamento de seguros	522	10.002	3.593	13.296
Direitos de exclusividade e preferência bancária ⁽³⁾	-	(1.967)	-	1.934
Acordos com parceiros	52,208	-	52,208	-
Resultado da atividade imobiliária	13,878	9,247	25,063	19,262
Outras ⁽⁴⁾	18,190	17,936	23,992	27,698
Total	206.846	100.152	271.933	169.279

⁽¹⁾ Inclui efeitos de atualização monetária sobre tributos a recuperar e compensar.
⁽²⁾ Inclui os efeitos decorrentes da mudança no índice de atualização de depósitos judiciais (redução).
⁽³⁾ Deixaram de ser apresentados os montantes relacionados às operações da Promotiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com a alienação total da ora controlada (Nota 2b).
⁽⁴⁾ Inclui efeitos de harmonização de práticas contábeis de fundos consolidados.
⁽⁵⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

f) Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
(617.896)	(464.586)	(1.071.670)	(875.774)	



BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

26. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativos tributários correntes (Nota 26 a.1)	616.220	493.837	727.483	559.544
Ativos fiscais diferidos (Nota 26 a.2)	6.328.142	6.097.435	6.191.164	7.852.875
Total	6.944.362	6.591.272	6.918.647	8.412.419
Ativo circulante	25.474	500	35.245	49.699
Ativo não circulante	6.918.888	6.590.772	6.883.402	7.962.720

a.1) Ativos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições a compensar	424.119	345.072	528.412	401.584
Imposto de renda a recuperar	-	-	6.970	9.195
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	192.101	148.765	192.101	148.765
Total ⁽¹⁾	616.220	493.837	727.483	559.544

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.

a.2) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Ativo)

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Saldo	5.480.236	1.968.354	(1.718.538)	5.730.052
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.101.279	1.503.407	(1.222.553)	4.382.133
Provisões passivas	576.815	113.650	(162.583)	527.882
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽²⁾	225.144	343.478	(299.078)	269.544
Outras provisões ⁽³⁾	576.998	7.819	(34.324)	550.493
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	617.199	13.771	(32.880)	598.090
Total dos créditos tributários ativáveis	6.097.435	1.982.125	(1.751.418)	6.328.142
Imposto de renda	3.356.848	1.097.946	(970.749)	3.484.045
Contribuição social	2.740.587	884.179	(780.669)	2.844.097
Consolidado	31.12.2022	Exercício/2023	31.12.2023	31.12.2022
Saldo	6.379.258	2.799.394	(2.027.939)	7.150.713
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.903.961	2.157.330	(1.496.395)	5.564.896
Provisões passivas	657.700	121.806	(188.687)	590.819
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽²⁾	230.033	511.644	(303.967)	437.710
Outras provisões ⁽³⁾	587.564	8.614	(38.890)	557.288
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.073.617	32.909	(99.075)	1.007.451
Total dos créditos tributários ativáveis	7.452.875	2.832.303	(2.127.014)	8.158.164
Imposto de renda	4.280.441	1.574.562	(1.179.922)	4.675.081
Contribuição social	3.172.434	1.257.741	(947.092)	3.483.083

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a parcela de R\$ 129.788 (do total de R\$ 269.544), no Banco e de R\$ 129.788 (do total de R\$ 437.710), no Consolidado, corresponde ao crédito tributário decorrente de ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022, a parcela era de R\$ 30.335 (do total de R\$ 225.144), no Banco, e de R\$ 35.223 (do total de R\$ 230.033), no Consolidado.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, são de R\$ 99.453 (do total de R\$ (44.400)), no Banco, e de R\$ 94.563 (do total de R\$ (207.676)) no Consolidado. Os valores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, eram de R\$ 30.335 (do total de R\$ (128.743)), no Banco, e de R\$ 30.588 (do total de R\$ (128.503)), no Consolidado.

⁽³⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽⁴⁾ Contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DTVM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada a partir de fevereiro de 2023 (Nota 2a).

⁽⁵⁾ A partir de novembro de 2023, contempla efeitos da consolidação das empresas Bankly e Acesspar.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2024	1.778.863	1.616.172	2.067.827	1.878.707
Em 2025	1.217.846	1.009.678	1.578.039	1.308.303
Em 2026	1.543.867	1.168.054	2.010.503	1.521.100
Em 2027	684.857	471.555	860.208	592.293
Em 2028	178.377	111.754	247.848	155.278
De 2029 a 2030	436.084	238.501	723.299	394.518
De 2031 a 2033	488.248	187.586	670.440	267.909
Total de créditos tributários	6.328.142	4.803.300	8.158.164	6.118.108

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Votorantim no montante de R\$ 1.605.625 (em 1.941.703 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), correspondente a 88% (103% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) da respectiva estimativa de realização fiscal do saldo de créditos tributários para todo o ano de 2023, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2022.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativáveis

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2024	9%	30%	6%	28%
Em 2025	3%	21%	2%	22%
Em 2026	0%	27%	0%	28%
Em 2027	0%	12%	0%	12%
Em 2028	16%	1%	13%	2%
De 2029 a 2030	72%	0%	60%	2%
De 2031 a 2033	0%	9%	19%	6%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Não ativado)

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Parcela de prejuízos fiscais / bases negativas de CSLL	94.088	94.088	186.520	150.977
Parcela de provisões passivas	-	-	4.032	41.024
Parcela de outras provisões	-	1.517	40.462	41.024
Total dos créditos tributários não ativados	94.088	95.605	231.014	192.531
Imposto de renda	52.270	53.114	161.153	137.159
Contribuição social	41.818	42.491	69.861	55.372

O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis, somente, quando atender aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresentar efetiva perspectiva de realização.

b) Passivos fiscais

Total de passivos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Passivos tributários correntes (Nota 26 b.1)	144.609	156.793	286.692	277.075
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 26 b.2)	206.287	115.110	230.452	115.709
Total	350.896	271.903	517.144	392.784
Passivo circulante	142.590	154.631	284.673	268.906
Passivo não circulante	208.306	117.272	232.471	123.878

b.1) Passivos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
IOF a recolher	28.591	30.531	30.340	32.409
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	-	4.032	83.166
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	1.004	113.324	63.166
Impostos e contribuições a recolher	116.018	125.258	143.028	154.967
Total ⁽¹⁾	144.609	156.793	286.692	277.075

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ^{(1) (2)}	191.212	100.035	215.200	100.063
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	15.075	15.075	15.075	15.075
Outros passivos	-	-	177	571
Total das obrigações fiscais diferidas	206.287	115.110	230.452	115.709
Imposto de renda	114.604	64.223	128.107	64.813
Contribuição social	91.683	50.887	102.345	50.896

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a parcela de R\$ (23.945) (do total de R\$ 215.200), no Consolidado (no Banco não houve movimentação), corresponde à obrigação fiscal diferida decorrente de ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa e de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022, a parcela era de R\$ 79.512 (do total de R\$ 100.035), no Banco, e de R\$ 79.477 (do total de R\$ 100.063), no Consolidado.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação da obrigação fiscal diferida decorrente dos ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa e dos ajustes de valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, são de R\$ (79.512) (do total de R\$ 91.178, incluindo a movimentação no resultado), no Banco, e de R\$ (55.531) (do total de R\$ 115.138, incluindo a movimentação no resultado) no Consolidado. Os valores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, eram de R\$ (303.575) (do total de R\$ (404.936)), incluindo a movimentação no resultado, no Banco, e de R\$ (303.575) (do total de R\$ (544.908)), incluindo a movimentação no resultado, no Consolidado.

c) Despesas tributárias

	Banco			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Cofins	(174.982)	(165.754)	(315.431)	(294.066)
ISSQN	(30.757)	(24.487)	(53.881)	(44.035)
PIS	(28.435)	(26.935)	(51.258)	(47.786)
Outras	(9.914)	(7.991)	(17.108)	(17.359)
Total	(244.088)	(225.167)	(437.678)	(403.246)

	Consolidado			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Cofins	(240.172)	(230.950)	(440.050)	(415.678)
ISSQN	(43.581)	(40.092)	(76.773)	(73.381)
PIS	(40.799)	(38.894)	(74.654)	(69.870)
Outras	(11.554)	(10.808)	(20.284)	(22.514)
Total	(336.106)	(320.744)	(611.761)	(581.443)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	Banco			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Valores correntes	(66.291)	(73.738)	(42.692)	(15.018)
IR e CSLL no país - Corrente	(73.808)	(74.061)	(73.808)	(74.061)
IR e CSLL no país - Exercícios anteriores	7.517	323	31.116	59.043
Valores diferidos	6.893	87.881	(35.502)	(238.773)
Passivo fiscal diferido	23.045	488.494	(166.756)	243.678
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(14.750)	446.579	(166.756)	241.361
Outros passivos	37.795	41.915	-	2.317
Ativo fiscal diferido	(16.152)	(404.613)	131.254	(482.451)
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(231.025)	(240.333)	(19.135)	(77.515)
Diferenças temporárias	236.860	(5.857)	205.415	(315.858)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(21.987)	(150.423)	(55.052)	(159.078)
Total	(59.398)	14.143	(78.194)	(253.791)

	Consolidado			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Valores correntes	(174.806)	(221.264)	(249.526)	(257.551)
IR e CSLL no país - Corrente	(182.323)	(221.587)	(292.538)	(316.921)
IR e CSLL no país - Exercícios anteriores	7.517	323	43.012	59.370
Valores diferidos	323.612	278.347	483.097	53.953
Passivo fiscal diferido	23.011	488.633	(166.763)	244.001
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(14.750)	446.579	(166.756)	241.361
Outros passivos	37.761	42.054	(7)	2.640
Ativo fiscal diferido	300.601	(210.286)	649.860	(190.048)
Prejuízos fiscais / Bases negativas de CSLL	(231.311)	(237.531)	(32.823)	36.105
Diferenças temporárias	414.754	177.668	589.590	(67.061)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	117.158	(150.423)	84.093	(159.092)
Total	148.806	57.083	233.571	(203.598)

	Banco			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado antes dos tributos e participações	917.346	852.151	1.274.882	1.931.629
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(412.806)	(336.578)	(713.773)	(876.496)
Encargos sobre JCP	166.500	152.034	337.500	228.305
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(6.046)	32.576	(15.806)	74.218
Participação nos lucros e resultados	39.222	39.226	78.233	83.871
Resultados do exterior	(25.084)	(26.946)	(62.091)	(24.447)
Outros valores	178.816	153.831	297.743	260.758
Imposto de renda e contribuição social do período	(59.398)	14.143	(78.194)	(253.791)

	Consolidado			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado antes dos tributos e participações				



BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

29. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas - Prováveis
 O Conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.
 Para as ações fiscais, o Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.
 As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas. Para as ações classificadas como massificadas a estimativa de desfecho e valor financeiro são calculados através de modelo estatístico. Para os demais casos, as estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos e contadores com base nos elementos e decisões do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.
 Para as ações trabalhistas, o Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas que representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.
 A Administração do Conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

a.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais	94.568	46.538	106.928	60.511
Demandas cíveis	224.049	231.454	232.785	242.978
Demandas trabalhistas	236.120	281.097	236.858	291.703
Total	554.737	559.089	576.571	595.192

a.2) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Banco			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas fiscais	46.502	48.945	46.538	53.398
Saldo inicial	51.661	3.011	53.589	4.412
Constituições	(2.171)	(7.040)	(6.538)	(8.663)
Reversão da provisão	(3.539)	-	(3.545)	(7.059)
Atualizações ⁽¹⁾	2.115	1.622	4.524	4.450
Saldo final	94.568	46.538	94.568	46.538
Demandas cíveis	220.263	249.227	231.454	253.641
Saldo inicial	24.164	22.672	46.075	44.009
Constituições	(25.311)	(34.249)	(52.551)	(56.922)
Reversão da provisão	(29.091)	(25.651)	(46.107)	(41.006)
Atualizações ⁽²⁾	34.244	19.455	45.178	31.732
Saldo final	224.049	231.454	224.049	231.454
Demandas trabalhistas	275.416	369.826	281.097	372.520
Saldo inicial	53.044	78.357	129.906	141.330
Constituições	(25.540)	(28.540)	(61.879)	(56.682)
Reversão da provisão	(75.148)	(151.593)	(132.885)	(204.806)
Atualizações ⁽³⁾	8.348	13.047	19.881	28.435
Saldo final	236.120	281.097	236.120	281.097
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	554.737	559.089	554.737	559.089

	Consolidado			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas fiscais	59.847	66.650	60.511	73.819
Saldo inicial	51.756	23.810	54.206	27.116
Constituições	(3.639)	(30.754)	(8.866)	(36.701)
Reversão da provisão	(3.839)	(1.326)	(4.465)	(8.837)
Atualizações ⁽⁴⁾	2.803	2.131	5.608	5.114
Outros ⁽⁵⁾	-	-	(66)	-
Saldo final	106.928	60.511	106.928	60.511
Demandas cíveis	231.358	259.874	242.978	266.316
Saldo inicial	27.521	25.750	52.038	50.146
Constituições	(27.306)	(36.430)	(56.631)	(61.575)
Reversão da provisão	(33.944)	(27.894)	(53.055)	(46.217)
Atualizações ⁽⁶⁾	34.613	21.678	46.924	34.308
Outros ⁽⁷⁾	543	-	531	-
Saldo final	232.785	242.978	232.785	242.978
Demandas trabalhistas	276.130	382.321	291.703	391.956
Saldo inicial	52.751	80.189	130.025	145.986
Constituições	(25.007)	(29.714)	(61.946)	(58.820)
Reversão da provisão	(75.148)	(154.475)	(132.885)	(216.995)
Atualizações ⁽⁸⁾	8.132	13.448	19.922	29.642
Outros ⁽⁹⁾	-	(66)	(9.961)	(66)
Saldo final	236.858	291.703	236.858	291.703
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	576.571	595.192	576.571	595.192

⁽¹⁾ Refere-se à baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 23c e 23f.
⁽²⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.
⁽³⁾ Contempla efeito dos montantes que deixaram de ser apresentados relacionados às operações da BV DVTM, pois esta deixou de ser controlada passando para condição de coligada a partir de fevereiro de 2023 (Nota 2a).
⁽⁴⁾ A partir de novembro de 2023, contempla efeitos da consolidação das empresas Bankly e Acessopar.

a.3) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2023

	Banco			Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	58.633	224.049	236.120	58.908	232.785	236.858
De 5 a 10 anos	35.935	-	48.020	-	-	-
Total	94.568	224.049	236.120	106.928	232.785	236.858

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudence dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

a.4) (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes

	Banco				Consolidado			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas fiscais	(48.066)	2.407	(48.030)	6.860	(48.066)	2.407	(48.030)	6.860
Demandas cíveis	(3.781)	17.773	7.405	22.187	(3.781)	17.773	7.405	22.187
Demandas trabalhistas	39.296	88.729	44.977	91.423	39.296	88.729	44.977	91.423
Total	(12.556)	108.909	4.352	120.470	(12.556)	108.909	4.352	120.470

	Consolidado			
	2º Semestre/2023	2º Semestre/2022	Exercício/2023	Exercício/2022
Demandas fiscais	(47.081)	6.139	(46.483)	13.308
Demandas cíveis	(884)	16.896	10.724	23.338
Demandas trabalhistas	39.272	90.552	44.884	100.187
Total	(8.693)	113.587	9.125	136.833

b) Passivos contingentes - Possíveis
 Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

b.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco				Consolidado			
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais (Nota 29.b.1.1.)	1.957.398	2.060.157	2.284.008	2.445.438	1.957.398	2.060.157	2.284.008	2.445.438
Demandas cíveis ⁽¹⁾	164.613	134.081	170.598	145.938	164.613	134.081	170.598	145.938
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	168.867	226.586	169.261	233.902	168.867	226.586	169.261	233.902
Total	2.290.878	2.420.824	2.623.867	2.825.278	2.290.878	2.420.824	2.623.867	2.825.278

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.
⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

b.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das causas possíveis - Fiscais	Banco		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
INSS SPLR ⁽¹⁾	818.776	762.184	818.776	785.574
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014/2016 ⁽²⁾	523.635	479.015	639.342	584.326
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	188.014	177.016	188.014	177.016
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores ⁽³⁾	-	116.982	-	145.542
ISS VRG ⁽⁴⁾	-	-	181.184	160.803
PF e BNC/LL: excesso compensação AB 2012	107.422	99.838	107.422	99.838
Outras causas	319.551	425.122	349.270	492.339
Total	1.957.398	2.060.157	2.284.008	2.445.438

⁽¹⁾ Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.
⁽²⁾ Referem-se a autuações lavradas pela RFB alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito por supostamente não atenderem às exigências legais.
⁽³⁾ Referem-se a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentre outras discussões relativas à dedutibilidade dos JCP. A discussão relativa à possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores teve seu prognóstico alterado para remoto no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, diante das recentes decisões proferidas pelos Tribunais Superiores.
⁽⁴⁾ Referem-se a discussão sobre incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2014 a 2017.

c) Depósitos em garantia de recursos
 Como garantia de algumas ações, quando necessário, o Conglomerado realiza depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

	Banco				Consolidado			
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Demandas fiscais	200.209	223.643	234.465	260.809	200.209	223.643	234.465	260.809
Demandas cíveis	104.815	126.059	114.240	137.487	104.815	126.059	114.240	137.487
Demandas trabalhistas	100.747	118.903	100.904	120.105	100.747	118.903	100.904	120.105
Total	405.771	468.605	449.609	518.401	405.771	468.605	449.609	518.401

d) Obrigações legais

O saldo de obrigações legais é registrado na rubrica de Outros Passivos no montante de R\$ 35.475 no montante de R\$ 66.099 em 31 de dezembro de 2022), sendo o montante de R\$ 25.480 no Banco (R\$ 57.147 em 31 de dezembro de 2022), cuja principal discussão recai, atualmente, em ação que visa a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 20.478 (R\$ 16.173 em 31 de dezembro de 2022). A provisão relativa à não incidência do ISS sobre as receitas oriundas de aval, fiança e outras garantidas prestadas foi revertida em 31 de dezembro de 2023. As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP - Fundo Acidentário de Proteção.

e) Ações cíveis públicas
 O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações cíveis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos legitimados na ação. Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor), bem como do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados.

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (gestão, hedge / seguros ou capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRB);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social, ambiental e climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (Asset Liability Management), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas; e
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários a estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um *dashboard* constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, Circular nº 3.911/2018 e Carta Circular Bacen nº 3.907/2018, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de circularização de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de gestão de riscos e capital", elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no site de Relações com Investidores em www.bancovotorantim.com.br/ri. Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado, dentre aqueles classificados como materiais.

Risco de crédito

Definição
 Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.



Leve para a vida

BANCO VOTORANTIM S.A.
CNPJ 59.588.111/0001-03
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(v) Movimentação do nível 3 Consolidado	Exercício/2023				Saldo em 31.12.2022
	Saldo em 31.12.2022	Transferências entre níveis (1)	Adições/(liquidações)	Resultado/outras movimentações	
Ativo					
Titulos e valores mobiliários					
Titulos para negociação	8.000	-	(8.000)	-	-
Titulos disponíveis para venda	1.075.916	31.641	56.249	(25.129)	1.138.677
Total	1.083.916	31.641	48.249	(25.129)	1.138.677
Consolidado	Exercício/2022				Saldo em 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2021	Transferências entre níveis (1)	Adições/(liquidações)	Resultado/outras movimentações	
Ativo					
Titulos e valores mobiliários					
Titulos para negociação	-	12.432	-	(4.432)	8.000
Titulos disponíveis para venda	712.763	294.911	9.514	58.728	1.075.916
Total	712.763	307.343	9.514	54.296	1.083.916

(1) Estes ativos foram reclassificados entre os níveis 2 e 3 devido a revisão periódica da hierarquia.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados a custo corrigido	31.12.2023		31.12.2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos	64.662.061	64.549.673	65.642.271	64.950.746
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Notas 7/8a)	5.377.243	5.377.243	1.739.153	1.739.153
Titulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento (Nota 9a)	12.296.341	12.183.082	17.084.433	16.393.351
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil (Nota 11a)	3.231.489	3.231.489	1.961.377	1.961.377
Carteira de crédito (Notas 12a/30.1.b.iv)	41.379.166	41.380.037	42.049.456	42.049.013
Outros ativos financeiros (Nota 13a)	2.377.822	2.377.822	2.807.852	2.807.852
Passivos	(117.248.210)	(116.969.420)	(100.222.246)	(98.923.239)
Depósitos (Nota 18a)	(27.363.464)	(27.270.575)	(23.425.325)	(23.249.413)
Captações no mercado aberto (Notas 18c/30.1.b.iv)	(25.776.387)	(25.738.976)	(17.780.823)	(16.907.990)
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 19)	(5.614.330)	(5.634.024)	(6.641.007)	(6.609.337)
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 20)	(42.235.960)	(42.604.593)	(39.957.617)	(39.593.096)
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 21)	(2.651.753)	(2.914.936)	(2.667.634)	(2.812.963)
Outros passivos financeiros (Nota 22a)	(12.606.316)	(12.606.316)	(9.749.840)	(9.749.840)
Total	(52.586.149)	(52.419.747)	(34.579.975)	(33.972.493)

Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros

Aplicações interfinanceiras de liquidez: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratarem de operações de curto prazo na sua maioria.

Titulos e valores mobiliários: Os titulos e valores mobiliários classificados nas categorias de "negociação" e "disponível para venda" são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os titulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Operações de crédito e arrendamento mercantil: As operações de crédito alocadas em programas de Hedge Accounting, do tipo hedge de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos a prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos à vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Obrigações por empréstimos e repasses: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo.

Captações no mercado aberto: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Recursos de aceites e emissão de títulos: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Risco de liquidez

Definição
Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de o Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional

Definição
O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

Risco social, ambiental e climático

Definição
Os riscos social e ambiental são definidos, nos termos da Resolução CMN nº 4.943/2021, como a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas, respectivamente, por eventos associados à (i) práticas de violação de direitos e garantias fundamentais ou de interesses comuns, e (ii) atos de degradação do meio ambiente. O risco climático é definido, em suas vertentes, como risco de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixa carbono, e risco físico, relativo à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos.

Gerenciamento do risco social, ambiental e climático
A gestão do risco social, ambiental e climático (GRSAC) do Conglomerado cumpre os requisitos da Resolução CMN nº 4.943/2021 e 4.945/2021 que estabeleceram, respectivamente, novas regras para a estrutura do gerenciamento integrado dos riscos social, ambiental e climático e a implementação da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAAC). Observando o cumprimento da legislação pertinente, e as disposições normativas, a Instituição avalia os aspectos socioambientais e climáticos, de acordo com os princípios de relevância e proporcionalidade de que trata a Resolução CMN nº 4.557/2017, com os quais o cliente, fornecedor ou investida esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias, homologação de fornecedores, fontes de captação, novos investimentos, produtos e serviços.

Tangibilizando a importância do tema para a Instituição, o apetite de riscos (RAS) do banco BV contempla uma dimensão exclusiva sobre risco social, ambiental e climático, sendo monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA). Adicionalmente, a Instituição elenca setores e atividades cujas operações financeiras são proibidas ou restritas, além de considerar um limite máximo de concentração para alguns desses setores econômicos.

No âmbito da concessão de crédito, o gerenciamento do risco social, ambiental e climático é realizado por meio de metodologias específicas de análise que determinam o Rating ESG, incluso no processo de atribuição do Rating de Crédito. Em contrapartida, a análise do risco socioambiental em projetos atende as diretrizes estabelecidas pelos Princípios do Equador (PE).

Em complemento a estrutura do GRSAC, a Instituição realiza a avaliação da exposição do portfólio de crédito aos riscos climáticos em suas duas vertentes (risco físico e de transição) e no exercício do teste de estresse climático.

Informações adicionais do gerenciamento de risco SAC estão disponíveis no website: <https://ri.bv.com.br/relatorio-grsac>.

Processo de gestão de capital
A gestão do capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, e Circular nº 3.846/2017 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para atender a metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
- Testes de estresse e seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio de Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

Índices de capital
Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA); e
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência:

- (i) Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquida de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (ii) Ativos intangíveis;
- (iii) Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) Investimentos em a) entidade assemelhada a instituição financeira não consolidada, sociedade seguradora, resseguradora, sociedade de capitalização e entidade aberta de previdência complementar; e b) instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil, que não componha o Conglomerado;
- (v) Participação de não controladores no capital de a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil;
- (vi) Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O Conglomerado considera os efeitos da aplicação do § 10 do art. 5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior, no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022 e III - 100% (cem por cento), permaneça a partir de janeiro de 2023;
- (viii) Participação de não controladores no capital de: a) subsidiária no país que não seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que não exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil; e

(ix) Entre outros.

Ativo ponderado pelo risco - RWA
Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o RWA, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.958/2021, é composto pela soma dos ativos ponderados pelo risco referentes aos riscos de crédito (RWACPD), mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD).

A partir de julho/23, passou a vigorar a Resolução BCB nº 229/2022, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco de crédito (RWACPAD), em substituição à Circular nº 3.644/2013. Esse novo normativo aprimora e consolida procedimentos para apuração do RWACPAD, refletindo recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) contidas no documento "Basel III: Finalising post crisis reforms".

O Capital Exigido é obtido a partir das parcelas dos Ativos ponderados pelo risco (RWA), sendo apurado por meio da multiplicação pelo "fator F", que é de 8%.

Suficiência de capital (visão regulatória)
A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os Índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	31.12.2023	31.12.2022
PR - Patrimônio de Referência	12.727.871	11.361.496
Nível I	11.721.685	10.445.533
Capital complementar	1.121.726	537.380
Capital principal	10.599.958	9.908.153
Patrimônio líquido (1)	13.550.870	12.656.845
Ajustes prudenciais (2)	(2.950.912)	(2.748.692)
Outros	(2.949.359)	(2.746.908)
Ajustes ao valor justo	(1.553)	(1.784)
Nível II	1.006.186	915.963
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	1.006.186	915.963
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021 (3)	1.006.186	915.963
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	81.345.105	79.548.776
Risco de crédito (RWACPD)	6.939.429	6.939.429
Risco de mercado (RWAMPAD)	635.662	687.289
Risco operacional (RWAOPAD)	73.023.176	71.556.189
Patrimônio de referência mínimo requerido (4)	6.507.608	6.363.902
Capital principal mínimo requerido (5)	3.660.530	3.579.695
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido (6)	4.880.706	4.772.927
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBA)	740.191	726.774
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	6.220.262	4.997.593
Margem sobre o capital mínimo requerido	6.939.429	6.328.458
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	6.840.979	5.672.606
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBA e ACP (7)	3.446.444	2.282.101
Índice de capital principal (CP / RWA)	13,03%	12,46%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	14,41%	13,13%
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,65%	14,28%
Razão de Alavancagem	6,99%	7,20%

(1) Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.955/2021, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõe a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

(2) Consideram os efeitos da aplicação do § 10 do art. 5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022 e III - 100% (cem por cento), permaneça a partir de janeiro de 2023.

(3) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.955/2021 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

(4) Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA.

(5) Representa o mínimo de 5% do RWA.

(6) Representa o mínimo de 6% do RWA.

(7) Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde ao Adicional de Conservação e Adicional Contraditório.

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital principal:

	31.12.2023	31.12.2022
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(405.260)	(184.611)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(1.266.127)	(1.049.187)
Ajuste prudencial VIII - Créditos tributários de diferença temporária	(129.586)	(451.864)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(1.148.386)	(1.061.246)
Ajuste prudencial XV - Diferença a menor - Ajustes da Resolução CMN 4.277/2013	(1.553)	(1.784)
Total	(2.950.912)	(2.748.692)

Índice de imobilização
O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 5,76% (12,17% em 31 de dezembro de 2022), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.957/2021 que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2022. Não houve impactos relevantes na apuração do índice de imobilização do Conglomerado Prudencial com essa alteração normativa.

Limite para imobilização

	31.12.2023	31.12.2022
Valor da situação para o limite de imobilização	6.363.935	5.680.747
Valor da margem ou insuficiência	732.822	1.382.286
Valor da margem ou insuficiência	5.631.113	4.298.461

Em atendimento a Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br/ri/.

MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG

Governança e regulação
O banco estabeleceu seus compromissos ESG de longo prazo, até 2030, chamado de "Pacto por um Futuro Mais Leve", que define 5 metas públicas que vão direcionar as ações do Conglomerado, divididas em 3 pilares: mudanças climáticas, negócios sustentáveis e diversidade. Além disso, o banco inseriu metas de sustentabilidade na remuneração variável dos executivos e no planejamento estratégico, conforme descrito na nota explicativa 28. O Conselho de Administração aprovou em junho de 2022, a criação do Comitê ASG para assessorar-lo nos aspectos socioambientais.

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 139 e a Instrução Normativa nº 153 que entraram em vigor em dezembro de 2022, as quais dispõem sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), bem como estabelece as informações que devem constar em suas tabelas padronizadas. Publicou também a Resolução CMN nº 4.945/2021 a qual dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAAC) que entrou em vigor em julho de 2022 para instituição enquadrada no S2, que é o caso do banco BV. A PRSAAC consiste no conjunto de princípios de natureza social, ambiental e climática a serem observados na condução dos negócios da Instituição, bem como sua relação com as partes interessadas. A Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade do banco podem ser consultados em www.bancobv.com.br/ri/.

As diretrizes e definições de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático (SAC) estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.943/2021 a qual determina definições e requisitos para o gerenciamento dos riscos SAC aplicáveis às Instituições Financeiras, e entrou em vigor em julho de 2022 para instituição enquadrada no S2, que é o caso do banco BV. Informações adicionais sobre o risco social, ambiental e climático e sua gestão pelo Conglomerado estão descritas na nota explicativa 30.1.e.

Em junho de 2022, o Conselho Federal de Contabilidade criou através da Resolução CFC nº 1.670/2022 o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade que visa estudar e preparar documentos técnicos sobre padrões de divulgação de sustentabilidade e a divulgação de informações dessa natureza.

Meio ambiente
O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 31 de dezembro de 2023 essa carteira é de R\$ 4.507.753 (R\$ 4.640.703 em 31 de dezembro de 2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o banco BV realizou emissões de títulos verdes (CDB green) no montante de R\$ 593.255. Em 2022, o banco também realizou captações no montante de R\$ 786.960 (USD 150.000) junto à International Finance Corporation (IFC), cujo recursos são utilizados para ampliar o acesso ao financiamento de veículos sustentáveis no Brasil, incluindo veículos elétricos, híbridos e multcombustível, contribuindo para a redução das emissões de gases do efeito estufa no país.

Captações

Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado
Depósitos a prazo					31.12.2023 / 31.12.2022
Depósitos a prazo					1.018.038 / 317.315
Pós					



BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03
 Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, CEP 04794-000
 Telefone (11) 5171-1000 - Fax (11) 5171-1900

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

★ continuação

I. Introdução

Este relatório refere-se ao segundo semestre de 2023 e contempla os eventos considerados relevantes aos propósitos do Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S.A. ("Banco") ocorridos até a presente data.

O Comitê de Auditoria ("Comitê" ou "COAUD") é um órgão estatutário, disciplinado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") 4.910/2021, Resolução BCB 130/21, pelo Estatuto Social do Banco e por seu Regimento Interno.

No segundo semestre de 2023, o Comitê atuou com três membros, sendo um indicado pelo acionista Banco do Brasil S.A. (Rodrigo Santos Nogueira), um indicado pela acionista Votorantim Finanças S.A. (Patrícia Siqueira Varela) e um indicado de comum acordo entre os acionistas (Rudinei dos Santos).

O Banco optou, conforme faculta o artigo 9, parágrafo 4º, I da Resolução CMN 4.910/2021, pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco e sociedades controladas (Banco BV S.A., BV Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A., BVIA Negócios e Participações S.A., Acessopar Investimentos e Participações S.A. e Acesso Soluções de Pagamentos S.A. - Instituição de Pagamento), em conjunto denominados "Conglomerado". Portanto, as atividades aqui relatadas, as recomendações feitas e as opiniões emitidas pelo Comitê abrangem o escopo do Conglomerado.

As conclusões do Comitê, constantes deste relatório, considerando suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, basearam-se nas atividades desenvolvidas pelo órgão no período, bem como nos trabalhos realizados por órgãos externos de fiscalização e controle, Auditorias Interna e Independente e outras unidades que constituem as camadas de controle do Banco.

Em conformidade com o Estatuto Social do Banco e seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria tem como atribuições principais, além de outras previstas na legislação ou designadas pelo Conselho de Administração, avaliar a efetividade do sistema de controles internos, revisar as demonstrações contábeis previamente a sua publicação, avaliar a efetividade das auditorias interna e independente, exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco que aderiram ao Comitê de Auditoria único.

As administrações do Banco e de suas sociedades controladas são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna tem como missão prover os acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos, a adequação dos controles e cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

II. Atividades Exercidas no Período

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Administração em 12/12/2022, o

Comitê de Auditoria realizou 42 encontros com as áreas, incluindo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Riscos e de Capital, Comitê Executivo e CEO, representantes da alta direção, auditorias interna e independente e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a controles internos, segurança da informação, operações, conciliação contábil, fraudes, planejamento estratégico, ouvidoria, varejo, atacado, pontos de auditoria em aberto e recomendações de auditoria interna e independente e órgãos externos de fiscalização.

Nas reuniões com a auditoria interna, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no período, as principais constatações, recomendações, recebeu cópia dos relatórios dos trabalhos realizados e examinou seus resultados. Com a auditoria independente, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial, a revisão das demonstrações financeiras referentes ao segundo semestre de 2023.

Examinou as demonstrações financeiras referentes ao Consolidado Societário, bem como individual do Banco, os principais ativos, passivos, patrimônio líquido, resultado e notas explicativas no padrão BRGAAP, as demonstrações financeiras semestrais consolidadas em IFRS, as práticas contábeis adotadas e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes. Examinou, ainda, os Estudos Técnicos de consumo de

Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos.

III. Conclusões

Com base nas atividades que desenvolveu no período e considerando as suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- a) O Sistema de Controles Internos do Conglomerado é efetivo e está adequado ao porte, natureza das operações e apetite a riscos aprovado pelo Conselho de Administração;
- b) A Auditoria Interna desempenha suas atividades de maneira satisfatória, profissional e com independência;
- c) A Auditoria Independente atuou com efetividade e alocou profissionais em número e qualificação adequados ao exame das demonstrações financeiras do período; e
- d) As Demonstrações Contábeis, de 31 de dezembro de 2023, referentes ao Consolidado Societário do Banco (BRGAAP e IFRS), bem como a individual (BRGAAP), foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das sociedades mencionadas naquele período.

São Paulo-SP, 05 de fevereiro de 2024

Patrícia Siqueira Varela
 Coordenadora

Rodrigo Santos Nogueira
 Membro

Rudinei dos Santos
 Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Votorantim S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido para o semestre e exercício findos nessa data e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o semestre e exercício findos nessa data e os seus respectivos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações para o semestre e exercício findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisões para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 4 (h), 5 (a) e 12 (e) e (f))</p> <p>A mensuração do valor da provisão para perdas associadas ao risco de crédito requer a determinação de premissas e julgamento da administração, que considera o atraso, situação da conjuntura econômica, experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantias, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, alinhadas às regras do Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN. Considerando a relevância das operações de crédito, o elevado grau de julgamento relacionados à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, mantivemos esta como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Atualizamos o entendimento do ambiente de controles internos e avaliamos os controles relevantes relacionados a mensuração e apuração das provisões para perdas associadas ao risco de crédito. Realizamos testes, em base amostral, sobre as premissas e parâmetros adotados na classificação por níveis de risco, bem como a posição em atraso utilizadas como base para a mensuração da provisão. Realizamos a totalização das bases para recálculo da provisão, de acordo com os critérios estabelecidos pelos normativos da CMN e BACEN. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo (Notas 4 (f) e (g), 5 (b) e (d), 9 (a), 10 (a) e 30 (b))</p> <p>A mensuração do valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração na sua mensuração. Essa é uma área de foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.</p>	<p>Atualizamos o entendimento do desenho dos controles internos relacionados aos modelos internos para mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo. Realizamos testes sobre a efetividade dos controles relevantes na mensuração destes ativos, assim como a aprovação pela administração dos modelos adotados e divulgação requeridas. Com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, analisamos as principais metodologias de valorização desses títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, bem como as premissas significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias de mercado. Efetuamos recálculos independentes, em base amostral, da valorização de determinadas operações. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Ativos fiscais diferidos - crédito tributário (Notas 4 (q), 5 (c) e 26 (a.2))</p> <p>Os ativos fiscais diferidos composto pelo crédito tributário, tem como base as diferenças temporárias, prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social e seu registro nas demonstrações contábeis está suportado pelo estudo de realização de lucros tributários futuros. O referido estudo tem por base projeções advindas do planejamento estratégico, que considera corporativas, cenário macroeconômico, desempenho histórico, dentre outros, que são aprovados pelos órgãos de governança, conforme requerido pelos normativos do CMN e BACEN. A projeção dos lucros tributários futuros contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Dessa forma, mantivemos essa área como foco de nossa auditoria, pois os valores envolvidos são relevantes e a utilização de diferentes premissas na projeção dos lucros tributários, poderia modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários.</p>	<p>Atualizamos o entendimento dos processos estabelecidos pela administração para a determinação das premissas utilizadas na elaboração do estudo de realização do crédito tributário, bem como seu registro e divulgações de acordo com as normas do CMN e BACEN. Comparamos as premissas consideradas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados do estudo com os orçamentos aprovados e o atendimento às regras do CMN e BACEN. Com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, realizamos testes sobre a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros. As premissas adotadas pela administração na apuração e registro dos créditos tributários são consistentemente aplicadas e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança.</p>
<p>Provisões e passivos contingentes (Notas 4 (r), 5 (e) e 29)</p> <p>O Banco constitui provisões e passivos contingentes decorrentes, principalmente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos; em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A administração com base no seu julgamento e por meio da opinião dos seus assessores jurídicos, estima as provisões e passivos contingentes de provável perda. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos, para processos judiciais de natureza fiscal a provisão é estimada através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado) e para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor individual não seja considerado relevante, a apuração da provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado). Devido a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, consideramos esta como área de foco de auditoria.</p>	<p>Atualizamos o entendimento dos principais controles para avaliação, classificação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes. Realizamos, em base amostral, procedimentos de confirmação junto aos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos e confrontamos com os controles analíticos da administração. Realizamos testes, sobre os riscos e valores das causas utilizados nas metodologias de mensuração dos valores provisionados. Para as ações cíveis e trabalhistas de mesma natureza, confrontamos, em base amostral, os valores pagos de casos encerrados com os valores provisionados. Para os processos judiciais de natureza tributária realizamos testes sobre a avaliação do risco de forma individualizada e contamos com o apoio de nossos especialistas tributários. Consideramos que nossos procedimentos de auditoria proporcionaram evidência apropriada e suficiente em relação aos critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição e divulgação da provisão de passivos contingentes.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Ambiente de tecnologia da informação (Nota 30 (dl))</p> <p>O Banco tem um ambiente de negócios altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado volume de transações. A tecnologia da informação representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco. Os riscos que envolvem a tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, podem eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, incluindo aquelas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação. Desta forma, esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos a avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes sobre os principais controles, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, apresentadas como informações suplementares para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco e Banco e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
 Contadora - CRC 1SP192785/O-4

